

# REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.º 12

Dezembro de 1922

Ano LXXIV

Director, proprietário e editor — Empresa da *Revista Militar*  
Composição e impressão na TIPOGRAFIA DA EMPRESA DIARIO DE NOTICIAS  
Rua do Diario de Noticias, 78 — Lisboa

## As metralhadoras

### Descuidos prejudiciais

A importância adquirida pelas metralhadoras na Grande Guerra, o seu concurso essencialmente valioso, eficaz e por vezes decisivo na solução dos sangrentos pleitos derimidos em quatro anos de luta porfiada entre as mais poderosas nações do mundo, veio chamar a atenção das entidades técnicas competentes para este mortifero instrumento do combate moderno, que se tem procurado aperfeiçoar e desenvolver na mais larga escala nos países que primam pela excelência das suas instituições militares.

Na França, em Inglaterra, na Italia e noutros países criaram-se *escolas especiais* onde se ministra uma instrução desvelada aos oficiais e às praças, de fórma a obterem o conveniente treino no manejo ou funcionamento de tão notavel arma de guerra.

São perfeitamente justificaveis, revelando um profundo espirito de previsão as providências adoptadas em varios países, pois que a precisão da metralhadora é grande e o seu poder de destruição consideravel, suprimindo eficazmente as deficiências de efectivo da infantaria.

Foi devido às apreciaveis propriedades desta arma que os alemães, aumentando progressivamente o número das suas metralhadoras em combate, conseguiram manter-se durante quatro anos na frente ocidental da guerra, com efectivos de infantaria sensivelmente reduzidos, enquanto vibravam formidaveis golpes na frente russa, e invadiam a Servia, o Montenegro e a Romenia.

A flexibilidade das metralhadoras torna-as aptas a uma grande variedade de aplicações no curso das operações militares.

Cooperam eficazmente com todas as armas.

Sendo de grande eficacia no ataque e defesa dos pontos de apoio e nos combates das guardas avançadas, prestam ainda importantes serviços apoiando poderosamente as outras armas na execução das retiradas, quando adstritas às guardas da retaguarda.

As metralhadoras, pelo seu *consideravel rendimento em combate*, podem suprir as deficiências de efectivos das outras armas, especialmente as de infantaria; e essa consideração deve ser convenientemente ponderada pelos dirigentes da nação, visto que os limitados recursos do país não permitem, nos momentos das crises agudas da nacionalidade, pôr em armas exércitos numerosos para se defrontarem com os nossos prováveis adversários.

Sobe-se que uma metralhadora bem manejada pode suprir a falta de uma companhia, ou sejam 250 combatentes de infantaria.

É, evidentemente, uma economia de homens e de armas, que muito aproveita às nações de exércitos pequenos, como a nossa.

Por outro lado, a última guerra demonstrou por fôrma concludente, que uma metralhadora estabelecida em bôa posição e manejada por mãos peritas, bem treinadas, podia defrontar-se vantajosamente com duas companhias inimigas e resistir ao embate dum batalhão de infantaria.

O simples bom senso aconselharia, pois, a olhar com especial carinho, com a maior atenção para as nossas unidades de metralhadoras, dotando-as com bom material e com pessoal seleccionado de fôrma a darem o máximo rendimento de que tão importante arma é susceptível em combate. Foi, evidentemente, nesse intuito, que o Decreto n.º 6371 de 27 de janeiro de 1920, firmado pelo então ministro da guerra, sr. Helder Ribeiro, organizou a Escola das Metralhadoras pesadas, que tão bem recebida foi pelo nosso exército, especialmente pela infantaria e pelos quadros dos nossos grupos de metralhadoras.

A missão desta Escola era a de difundir o conhecimento

e a utilização da metralhadora Vickers, preparando convenientemente os quadros precisos para se ministrar a instrução técnica a todo o pessoal constitutivo desses grupos.

Cada escola de instrutores teve a duração de oito semanas, comparecendo de cada um dos 8 grupos o seguinte pessoal: um capitão, um subalterno e quatro segundos sargentos.

Este pessoal foi escolhido de entre o que ainda não tivesse o curso da especialidade e de preferência entre os que houvessem servido no Corpo Expedicionário Português, com exemplar comportamento e com menos de 30 anos de idade os subalternos e sargentos.

Os oficiais deviam ter todos o curso da respectiva arma.

Salutares e acertadas disposições eram as contidas no supracitado Decreto n.º 6371, as quais cumpridas fielmente teriam o condão de seleccionar os quadros e de aperfeiçoar progressivamente a instrução técnica das metralhadoras.

Mas, em lugar dos benéficos resultados que era licito presver dum conjunto de prescrições que um elevado critério, ditára, o espirito do Decreto tem sido na prática falseado, afectando perniciosamente a constituição dos grupos de metralhadoras, que devendo ser verdadeiras unidades de *elite* deixam, na verdade, bastante a desejar, em vista do relativo abandono a que nos últimos tempos, infelizmente, se votaram.

Os profissionais que tem verdadeiro culto pelas metralhadoras e lhes consagram os seus melhores esforços lamentam que a selecção do pessoal seja preterida por outras considerações, diversas daquelas em que se fundamenta o Decreto aludido.

O recrutamento dos soldados é realizado por uma fórma viciosa, verdadeiramente condenavel.

Das unidades de infantaria, em que foram préviamente incorporados, são transferidos, em geral, para as metralhadoras os recrutas menos bem dotados em qualidades de intelligência, de desembaraço, de actividade e de instrução; as condições de robustez e de altura deixam também muitas vezes de ser atendidas.

A escolha dos recrutas para as metralhadoras deveria ser feita no acto da inspecção das respectivas juntas de recrutamento de entre os mancebos que possuissem as condições fi-

sicas indispensaveis para o serviço das metralhadoras, conduzidas a dôrso ou a braços, preferindo-se sempre os que a estas condições reunam a de não serem analfabetos, por isso que é indispensável ministrar-lhes a precisa instrução sôbre o manejo e emprêgo da metralhadora, o uso do telémetro, o do clinómetro, noções de leitura de cartas, etc.

Por seu turno, os officiaes deveriam possuir todo o curso da sua arma, ter menos de 30 anos de idade, os subalternos, não sendo admitidos nos grupos sem a respectiva especialização na Escola de metralhadoras pesadas.

É êste o espirito dominante no corpo de officiaes que hoje constitue a élite dos grupos de metralhadoras, onde se encontram officiaes da envergadura do major José Martins Cámeira, que faz honra ao exército portugûes e seria um elemento de inestimavel valor em qualquer outro exército europeu.

Possue êle, além do saber profissional, a experiência da grande guerra e qualidades de comando, que o tornam um official prestigioso e lhe dão sobeja autoridade para, em assuntos técnicos, emitir a sua opinião que deveria ser religiosamente acatada.

É preciso convencerem-se todos que as metralhadoras desempenham um papel importante na guerra moderna e que só de longe, e não à ultima hora, se devem preparar convenientemente todos os seus elementos para se poder contar com o máximo rendimento e eficiência no momento do combate.

As metralhadoras são consideradas hoje *uma infantaria condensada*, isto é um instrumento de luta que com efectivos reduzidos produz os mesmos efeitos que o fogo de grandes massas da infantaria.

Não pode substituir completamente esta arma no combate, mas súpree a sua deficiência em efectivos

É pois uma arma essencial para os exércitos de países pequenos como Portugal, que não podendo mobilizar centenas de milhares de homens pode e deve, todavia, para uma defesa eficaz, dispôr de alguns centenares de metralhadoras. Para o bom funcionamento de todos êstes instrumentos de combate é mister possuir desde o tempo de paz quadros bem seleccionados para facilitar o inevitavel desdobramento dos grupos em tempo de guerra.

Todas as nossas unidades de metralhadoras deviam constituir viveiros de instrutores competentes para ocorrer ás necessidades da mobilização.

Não é no decurso da guerra que se improvisam bons metralhadores, nem bons artelheiros.

É o trabalho paciente e persistente do tempo de paz que permite chegar a êste *desideratum*.

Se na última guerra os ingleses e os americanos improvisaram exércitos que facilitaram o triunfo dos aliados, é porque já existia um exército sólido, — o francês, fortemente constituído, que lhes serviu de valioso ponto de apoio, suportando os formidaveis embates teutónicos e proporcionando pela sua resistência tenaz o tempo suficiente para a organização e adestramento de ingleses e americanos.

Mas os países pequenos que não podem contar com sólidos apoios estranhos, precisam precavêr-se durante a paz contra as perigosas eventualidades da guerra.

É êsse o nosso caso.

*Si vis pacem para bellum.*

E se todos os organismos militares devem estar preparados para a guerra, aquele que maior preparação necessita na actualidade é o constituído pelas unidades de metralhadoras, cuja importância na grande guerra foi uma verdadeira revelação.

Se em 1870 as metralhadoras francesas de que se esperavam surpreendentes efeitos constituíram uma completa decepção, os aperfeiçoamentos sucessivamente introduzidos nesta arma tornaram-na um formidavel instrumento de combate, que os países de exércitos pequenos precisam por completo aproveitar.

A questão das metralhadoras é hoje de palpitante actualidade e não deve ser tratada de animo leve, mas com a mais desvelada solicitude, e as estações militares competentes tem o indeclinavel dever de não a preterir ou protelar indefinidamente, pois que a ela estão ligados os primordiais interêsses da defêsa do país.

ADRIANO BEÇA  
Gener

# Um estudo militar

(Continuação de pag. 523)

## Primeira parte

Princípios genéricos relativos à constituição orgânica do Exército e à defesa nacional

### II

Olhemos agora o nosso caso: — Nós temos uma extensa fronteira terrestre, em grande parte aberta e com faceis linhas de penetração; possuímos, quer na parte continental, quer nas ilhas adjacentes ou nas colónias, cobizados pontos marítimos de alto valor estratégico, e a nossa situação perante a política externa, política de alianças — única que podemos e devemos manter — obriga-nos a compromissos, a que temos de satisfazer e a que não há que subtrairmo-nos.

Única política — a de alianças — dissémos; pois que não é neutro quem o deseja, ou quem o queira, mas sim quem o possa ser: — aquele que disponha dos meios necessários para repelir qualquer violação ou tentativa de infracção contra a atitude tomada. E são tantos os casos que se podem apresentar; são tantas as dificuldades que podem sugerir; é tão melindrosa a situação estabelecida; são tão complexas as funções de neutro para que possa desobrigar-se, integralmente, das responsabilidades que sobre êle impendem; é tão difícil evitar que os beligerantes se mantenham a dentro das normas e princípios estatuídos pelo direito internacional — que os planos defensivos do país, assentes em tal orientação de política externa, seriam bem mais caros e dispendiosos do que a mais completa e a melhor organização militar que fosse adoptada, e dispusesse de todos os elementos de acção.

Tão pouco nos conviria seguir uma política «oportunista» de tergiversações, pois que bem sabemos, por experiência própria, o quanto isto custa e o preço colossal porque isso fica.

As páginas sombrias da nossa história registam, com fundos vincos negros, além da vergonha e do opróbio, o fabuloso dispêndio dessa política ignominiosa.

Todavia, a política de alianças exige, indubitavelmente, reciprocidade de obrigações e de compromissos. Pela nossa parte, como nação pequena, cumpre valorizarmos firmemente o pacto mantido com a Inglaterra há mais de cinco séculos — para não vermos os laços de convenção que nos unem, despedaçados ao mais singelo atrito ou ao mais frágil embate de interesses.

A Inglaterra continúa sendo o fulcro da política internacional, e sel-o-há por muito tempo, não só na Europa como na América e na Ásia — atento que as duas mais vigorosas nações destes últimos continentes, se defrontam na realização de altos problemas, em que ambas ambicionam colher os melhores proveitos e os resultados mais positivos.

Depois, a luta que vem de finalizar pode, de um momento para outro, reviver, porventura, com mais intensidade, porquanto — os odios acumularam-se; as ambições avolumaram-se — mas latentes, como estão, em ebulição ainda, transbordarão logo que o fôgo se ateie novamente, à mais tênue scintilha que faísque do choque de tantas paixões desenfreadas e desencontradas.

Convém-nos, pois, a manutenção valiosa da antiga aliança inglesa, nêsse turbilhão de incandentes lutas — imensamente mais terríveis e assoladoras do que as presenceadas, e nas quais, forçadamente, nos poderemos achar envolvidos...

Mas... que usufrue a Inglaterra com o nosso pacto?

Que garantias lhe ofertamos?

Quais as conveniências e interesses que da nossa cooperação lhe podem advir?

Temos um superficial conhecimento das cláusulas expressas nos tratados em que o nosso país figura — mas somos levados a presumir que tais vantagens resultam da nossa situação geográfica e das "posições" que, sobretudo, mantemos no Atlântico.

Desçamos, e muito abreviadamente, a alguns casos especiais que importem à questão:

a) — "A Inglaterra desinteressa-se de nós ligando-se à Espanha".

As suas esquadras, apoiados mesmo quo estejam em *Gibraltar* ou em qualquer dos portos do N. dêste país — *Vigo*, sem dúvida — serão indubitavelmente afectadas nos seus movimentos e operações, se as contrárias dispozerem à sua vontade do porto de *Lisboa* e de todo o *nosso litoral*.

Mais: Supondo mesmo que os seus vasos de guerra encontrassem abrigos e abastecimentos nas *Canárias*, lutariam com dificuldades, e bem sérias, achando-se ocupados pelo adversário os outros dois vértices do nosso triângulo estratégico — *Madeira* ou *Açores* e *Cabo Verde*.

b) — «A Inglaterra mantém a sua antiga aliança connosco, em opposição à nossa vizinha Espanha.»

Nêste caso à Inglaterra — ou seja mesmo que nacionalidade fôr — não lhe pode ser indiferente vêr a nossa fronteira terrestre aberta aos empreendimentos que os espanhóis por aí tentem realizar.

São méras hipóteses estas, e que porventura carecem de fundamento — demonstrativas, apenas, das naturais conveniências recíprocas entre as duas nacionalidades, e suposições formuladas na previsão de um conflito geral.

Assim, e dadas as flutuações da política internacional, que nos oferece cambiantes variegados, difíceis de observar e ainda mais de prever, — nós achamos perfeitamente cabidas as iniciais considerações do «Relatório» que estamos analisando:

«A tôdas as nações assiste o direito de terem as suas instituições militares no mais elevado grau de preparação para serem utilizadas na sua defesa, sem que do uso dêsse direito qualquer possa concluir propósitos agressivos. Todos os países tem o dever de organizar o seu exército por forma a ser garantia segura da sua integridade».

De maneira que, constituído êsse direito e estabelecido êsse dever, importa, conseqüentemente, estudar qual o melhor sistema orgânico militar de que resulte a preconizada garantia da independência nacional.

E, nós vimos de notar, que a organização miliciana suiça não é exemplo a imitar em qualquer Estado, grande ou pequeno que seja, que não goze das qualidades tradicionais

inerentes a êsse povo e não disponha de uma barreira de obstáculos naturais, como são as escarpadas serranias helvéticas.

Ora, nem o povo português mantém tais tradições, nem possui a educação cívica, nem dispõe de uma fronteira erizada de estôrvos e dificuldades como a Suíça.

Pelo contrário — o nosso povo, procura, por todos os meios, subtrair-se aos encargos da vida militar; a nossa rãia sêca é, geralmente, de fácil transposição, e a estreita faixa de terreno que, no sentido da sua largura tem Portugal, levarão em meia dúzia de étapes felizes as colunas inimigas à zona da capital, ao coração do país, às portas de *Lisboa* — objectivo decisivo de qualquer invasão.

Isto, obriga a uma rápida mobilização do nosso exército; a uma veloz concentração de tropas nos pontos adequados; a desenvolvermos uma enorme actividade; a actuarmos aceleradamente — *e o mais apressadamente possível*; — e tudo isto, sob a eficaz protecção de grossas massas de cavalaria, convenientemente apoiadas por fortes destacamentos avançados.

Ora, é lícito perguntar:

— A nossa actual organização miliciana permitirá essa exigida brevidade e aceleração de movimentos?

— É compatível êsse sistema orgânico com a permanência no serviço efectivo de tão importantes tropas de cobertura?

— Poderemos, subsistindo tal organização e dada a nossa escassa rêde ferro-viária, mobilizar de pronto, não só êsses elementos de inicial acção contra o inimigo, mas ainda o grosso do exército, com tôda a espécie de reabastecimento e remuniamento de que necessita para entrar em operações?

Pelo nosso lado, negativamente responderemos a êste questionário...

E mais:— Não nos venham dizer que as instituições militares se devem adaptar às da constituição política do país; e que, assim sendo, as democracias se coadunam melhor com uma organização miliciana, moldada pela da Suíça...

Tal asserção carece absolutamente de fundamento, e até de comprovação prática — porquanto: nem as repúblicas franceza, dos Estados-Unidos da América do Norte, o Brasil, o México, a Argentina, nem outras, foram ainda buscar à Suíça o molde das suas instituições militares.

Mas é a própria Suíça que vem alterando e modificando sensivelmente a sua organização miliciana. A ela mesmo, que dispõe de particulares elementos de acção quer morais, quer políticos, quer sociais; que usufrue, como vimos, de excepcionais condições geográfico-estratégicas, não lhe é indiferente os defeitos que caracterizam a orgânica do seu exército;—e assim, entre outras, adoptou já as medidas seguintes: aumento considerável do tempo de duração das escolas de recrutas; converter em anuais os cursos das classes activas; preconizar a necessidade da melhor preparação dos corpos de élite, embora com o sacrifício de algumas dezenas de milhares de homens no efectivo total do exército.

Vê-se, pois, que também esta nação vai já enveredando pelos princípios estabelecidos e assentes mesmo por alguns dos seus mais ilustrados officiaes:— «a preferênciã da *qualidade* sobre a *quantidade*; sendo a considerar, que o número de reservistas não deve exceder um certo limite, sob pena de haver, em vez de um reforço, elementos de dissolução».

No nosso país que tanto procura imitar o que lá fóra se pratica; que constituiu «*dum só jacto*» o exército miliciano, sem que para isso se atendesse a múltiplos factores importantes, e que por completo nos escasseavam — não se olhou, sequer, para a Suíça, para o seu espelho, que aumentou o tempo de duração da escola de recrutas; não se notou que na Suécia, na Dinamarca, na Holanda, países pequenos como o nosso, mas principalmente na Suíça há o chamamento periódico de diversas classes para o complemento da sua instrução militar—o que entre nós há muito se não pratica;—todavia, em compensação determinou-se, recentemente, que o recruta miliciano tivesse, apenas, 8 semanas de instrução profissional.

Em alguma cousa havíamos de divergir, para que se não avente:—Que copiamos fielmente o que lá fora se pratica!...

\*

\*

\*

Tem sido um problema dominante, de há muito, a redução do tempo de serviço nas fileiras do exército, conseqüente das modernas exigências de os Estados poderem assim, por

incorporações sucessivas, dispor de grandes efectivos para a defesa do seu território.

Com esta orientação, ao serviço obrigatório de 3 anos, sucedeu, ainda há pouco, o de 2, e logo a seguir se preconizou o de 1, apenas. Nesta decrescente redução vai-se já estabelecendo a obrigação de serviço por algumas semanas — e nêle vai-se também notando a sensível diminuição dos incorporados (como provaremos), e, sobretudo, registando-se, de mais em mais uma falta de preparação da mecânica do combate e dos conhecimentos precisos e exigidos às tropas em campanha.

As tropas activas — que tanto precisam duma sólida e aturada preparação, pois que assim, e só assim, poderão corresponder e satisfazer à sua preponderante acção no decurso das operações de guerra — essas tropas activas, repetimos, convertem-se assim, pela deficiência e insuficiência da sua instrução e educação profissional, em verdadeiras massas antes prejudiciais, e porventura mais perigosas, do que eficazes e valiosos cooperadores.

É hoje princípio reconhecido; «Só tropas activas podem suportar os primeiros embates do inimigo, não se lhe amalgamando as dos outros escalões, que não tenham a conveniente preparação. *Nunca terão probabilidades de êxito* — di-lo um proficiente e autorizado escritor militar — *exercitos milicianos em frente de outros exercitos solidamente constituídos e persistentemente preparados.*»

Aos que superficialmente encaram êste problema, fácil é acudir-lhes a seguinte e sugestiva objecção: — Mas a recente guerra mundial apresentou em batalha numerosos exércitos, milhões de homens, constituídos com elementos vindos das suas occupaões civís, sem o «treino» e conveniente preparação?!...

Não há dúvida que assim foi. Mas há a registar, que, no início dessa colossal e gigantesca luta, quem o primeiro choque suportou, foram as tropas de elite, as tropas de primeira linha que, pronta e seguramente, desenvolveram a sua acção, e só mais tarde é que, a coberto dessa barragem, e a tempo de serem convenientemente instruídas, é que os elementos aludidos puderam com preponderância agirem.

E ainda é de duvidar, ou pelo menos de difícil prognós-

tico—se essas tropas de momento, falhas de preparação, se comportariam tão eficazmente, ou se poderiam desempenhar cabalmente a sua missão, caso a guerra tivesse tomado outra característica; isto é, se a luta tomasse a índole de uma «guerra de movimento», com as suas complexas exigências?!...

Lícito é ainda perguntar!—Se a Bélgica poderia interceptar, como o conseguiu durante 3 semanas, que tão proveitosas foram para a França, a impetuosa marcha das avançadas alemãs — isto no caso de ela não dispor tão prontamente, como dispôs, das suas tropas activas e em serviço permanente?!...

E a França, apesar dos seus enormes recursos, aguentaria a avalanche contrária que penetrou no seu território, atravessando-lhe bruscamente as fronteiras, se não contasse com os importantes núcleos de cobertura que lhe garantiram a mobilização?

Pôde, é certo, a Inglaterra organizar os seus exércitos com centenas de mil homens inexperientes das cousas da guerra, e que, mais tarde, cooperaram vantajosamente nas frentes de batalha; o mesmo sucedeu com os soldados enviados à Europa pela grande república dos Estados-Unidos da América do Norte,—tudo isto é incontestável; mas a verdade é também que tão prestimoso concurso só foi prestado muito tempo depois da abertura das hostilidades, que tal organização pôde ser levada a efeito, e realizou-se, a dentro dos respectivos territórios — livres, portanto, dos teatros da luta; e, finalmente, que a característica «guerra de posição», adoptada, não força a uma longa preparação, nem dá margem às exigências, a que imperiosamente obriga, a «guerra de movimento».

O argumento, pois, dos poderosos exércitos que foram improvisados na Grande Guerra, e que tão relevantes serviços prestaram, carece, a nosso ver, de sanção prática nas hipóteses várias que a guerra pôde apresentar...

\*

\*        \*

Mas vamos ainda provar que o actual sistema miliciano não veio, afinal, trazer-nos a tão apregoada vantagem da «Nação armada».

Os dados que isto comprovam foram extraídos de documentos oficiais, existentes nos D. R., e nos correspondentes regimentos activos.

Escolhâmos, ao acaso, um dêsses D. R., com a séde no Porto (D. R. n.º 6):

Anos de recenseamento de 1916-20:

Mancebos que deviam comparecer à junta de recrutamento . . . . .	13:298
Faltaram . . . . .	2:817
Compareceram . . . . .	10:481
Faltaram, pois, . . . . .	2:817
"  à incorporação . . . . .	78
Foram considerados refractários . . . . .	2:895

ou seja 21,77 % do número de mancebos que deviam comparecer à junta de recrutamento.

Vimos que compareceram . . . . .	10:481
E dêstes, foram adiados e isentos . . . . .	6:229
Ficaram portanto, apurados. . . . .	4:252

sendo:

Para a arma de infantaria . . . . .	2:292	} 4:252
Outras armas e serviços . . . . .	1:818	
Refractários que não se apresentaram . . . . .	142	

Dividindo êste número pelos anos decorridos 1916-20, temos em média, números redondos, 850 recrutas incorporados anualmente nas correspondentes unidades e serviços,

É pouco, confessamos. Mas será realmente êste número de recrutas o que se incorporará?

Vejamos um outro regimento activo, também da guarnição do Porto, mas a que lhe corresponda um diferente D. R.: e escolhâmos êste—infantaria n.º 18—por ser o da guarnição que, em regra, apresenta maiores efectivos.

A êste regimento foram :

	Destinados	Encorporados	Faltaram
Em 1919 . . . . .	873	228	645
Em 1920 . . . . .	1:138	169	968
Em 1921 . . . . .	1:064	214	850
Total. , . . .	3:075	611	2:463

O número, pois, de mancebos que faltaram à encorporação, atinge a desoladora percentagem de 80 %!... E, no entanto, o desfalque nos efectivos é ainda maior. Nêste corpo de infantaria desertaram :

Em 1918 . . . . .	49	} 164
" 1920 . . . . .	63	
" 1921 . . . . .	52	

Não entremos, porém, com êste número para o computo do efectivo do regimento. E assim teremos que, dividindo o número acima exarado — 611 — por 3 anos que decorreram, restam 204 recrutas para a encorporação anual.

Supondo ser êste número 204, o das recrutas encorporados em cada um dos regimentos activos da nossa infantaria, teremos :

$$204 \times 35 = 7:140 \text{ recrutas.}$$

Tal é o contingente anual que pertence à nossa infantaria!...

Mas no corrente ano, 1922, na área da 3.<sup>a</sup> Divisão do exército, ainda aqueles números baixaram. Pouco — mas baixaram...

Vejamos agora qual o contingente fixado para o exército no ano de 1909, e que vigorava ao ser decretado o «sistema miliciano» :

Ao exército, recrutas . .	16:300	} Préviamente encorporados no exército
À armada . . . . .	850	
Às guardas municipais .	500	
À guarda fiscal . . . . .	350	
	18:000 homens	

É natural que assim, e por tal processo, não chegaremos nunca a atingir o «desideratum», tão preconizado, da *Nação armada*.

E nem resta, ao menos, aos defensores do serviço o mais reduzido possível, que o mesmo será dizer: — serviço género miliciano — a de aí lhes advir a vantagem da equivalente redução das despesas a fazer com o exército; pois que as medidas obrigadas pela adopção de tal processo diminutivo implicam, forçadamente, um aumento considerável no orçamento da guerra.

É êste um facto que se observa em todos os países que tentam restringir demasiado a permanência dos seus soldados em armas, e a que não pôde subtrair-se a própria Suíça que, de ano para ano, vê crescer extraordinariamente as despesas com a força armada para equilibrar, em exigidas medidas compensadoras, a curta demora nas fileiras das suas tropas.

\*

\*

\*

Do que vimos expondo, e ainda a série de considerações que certamente nos surgirão o estudo das bases mencionadas — ligam a plena conformidade e a comunhão de ideias e princípios, em que estamos, com o proponente da aludida «proposta de lei», não aceitando para o nosso exército o sistema do tipo miliciano.

Uma divergência entre nós existe — e é que: Não aceitando da nossa parte essa fórmula de orgânica militar, muito menos a admitiremos com alterações ou modificações.

Da adopção do sistema miliciano suiço, nós o vimos de apontar, só resultam inconvenientes e desvantagens bem manifestas com a introdução nêle de «alguns princípios» em que se baseia a orgânica do «serviço permanente» banindo-lhe os seus «fins» essencialmente proveitosos — é acumular defeitos em demasia, sem derivação alguma de benefícios.

No caso de que se trata, não há possibilidade de — no meio termo residir a virtude; — visto os extremos serem um, defeituoso, outro, por incompleto, imperfeito.

Não pretendemos tão facilmente, como se aventa agora, solucionar o problema orgânico da nossa força armada, do-

tando-a com uma *modalidade nova* e sem que a experiência a tenha vindo preconizar. Não.

Não estamos em condições tais *que possamos enveredar pelo caminho das experiências, que tanto tempo tiram, tanto dinheiro absorvem, e, porventura, de resultados problemáticos.*

Ora, pela nossa situação geográfica; pelas condições estratégicas; pela vastidão do nosso domínio colonial; pelas razões de ordem da nossa política externa; pela configuração territorial; pelas determinantes das nossas funções étnicas e sociológicas — tudo isto impõe um único sistema de orgânica militar — «o serviço permanente» — tipo único que inconcusas autoridades no assunto tanto teem recomendado e divulgado . . .

E porque assim o julgamos também, oportunamente apresentaremos o que, em nosso critério, julgamos conveniente estabelecer em matéria de recrutamento.

No entanto, perguntaremos:

Poderemos nós dispôr dos necessários e indispensáveis recursos de ordem económica e financeira para a constituição e manutenção de um exército permanente?

— Se podemos, — não guardemos para mais tarde o realizar essa obra, que se nos afigura de altíssimo interêsse nacional — pois que se prende com a defesa e a integridade do país. Por esta vez, ao menos, abandonemos a indolência que nos caracteriza e nos leva a «antes remediar do que prevenir» . . .

Não podemos? — Então não pretendamos iludirmo-nos a nós mesmos com a adopção de verdadeiros paliativos que só nos podem trazer amargos desenganos . . .

No entanto, se matéria houver controversa, se à tela da discussão viesse o patentearem-se fundas divergências de critério — ocasião oportuna seria essa de intervir o «Conselho de Defesa Nacional», o alto organismo militar, cuja criação vimos defendendo com as suas amplas atribuições, — que aproveitaria o que julgasse útil, ou regeitaria o que considerasse impróprio, em harmonia com a orientação e programa que fosse estabelecido . . .

(*Continúa*)

A. G. DE SOUSA DIAS  
Coronel

## Supremacia aérea e Supremacia marítima

A 5.<sup>a</sup> arma dos exércitos e o Ministério da Defêsa Nacional

Publicou recentemente o conhecido jornal *La France Militaire* um artigo, que julgâmos interessante e por isso iremos reproduzir, fazendo-o seguir de comentários, que supômos da maior oportunidade para o nosso País. Êsse artigo tem o título que precede estas palavras e os leitores da *Revista Militar* poderão apreciar o valor, que essas considerações têm para a nossa especial situação politico-militar. Esta oportunidade ainda reveste um maior relêvo pela natural retumbância que teve a recente entrevista de S. Sebastian, concedida por Sua Magestade o Rei de Espanha ao ilustre escritor e director do importante jornal de Lisboa *Diario de Noticias*, nas considerações que as palavras do eminente Chefe do Estado vizinho sugeriram e nas conclusões tão criteriosas, definindo com firmeza a nossa política de relações, que o distintissimo entrevistador sr. dr. Augusto de Castro tirou dos factos occorrentes. Essa entrevista tão notável merece referênciã especial na *Revista Militar*, e, por certo, redactor mais versado em assuntos da nossa politica externa, lhe fará os comentários que sugere sob o aspecto da defêsa nacional.

Os comentários a êsse artigo referir-se-hão aos assuntos indicados em sub-titulo. Parece-nos da maior oportunidade, quando o Congresso da República, na próxima sessão legislativa, possivelmente se ocupará da indispensável reorganização do nosso Exército, apropriando os ensinamentos da Grande Guerra, e se irá discutir a remodelação dos serviços públicos na tendênciã de realizar uma concentraçã ministerial do Poder Executivo, referir-nos à autonomia da aeronáutica, que o artigo de *La France Militaire* permite justificar e à fusão dos ministérios da Marinha e da Guerra constituindo o *Ministério de Defêsa Nacional*.

\*

\* \*

Diz o artigo do jornal francês, a que fazemos referência:

«A revista militar inglesa *Journal of the Royal United Service Institution*, acaba de publicar no seu número de maio, um estudo interessante do tenente aviador Mackay acêrca da *influência da aviação sôbre os problemas futuros da defêsa imperial*. Êsse artigo, muito notavel, e que teve já diversos prêmios em concursos sôbre êste assunto, refere todos os problemas, tanto da aviação terrestre como da aviação marítima. O tenente Mackay evita tirar quaisquer conclusões precipitadas dos ensinamentos da Grande Guerra, julgados insuficientes e ainda não perfeitamente conhecidos; conforme o título do seu artigo, limita-se a propôr os múltiplos problemas de estratégia e de tática, de organização e de politica financeira do tempo de paz, que deverão ser versados e solucionados, sem demora, por todas as armadas e todos os exércitos.

Referir-nos-emos unicamente ao problema da supremacia aérea e marítima.

A potência naval continúa sendo o factor essencial da defêsa do Imperio Britânico, mas para que essa potência fique assegurada é indispensável uma acção conjugada da marinha e da aviação. Experiências recentes, realizadas nos Estados Unidos sôbre os antigos navios de guerra alemães, que deveriam ser destruidos pelas disposições do Tratado de Versailles, mostraram a possibilidade de afundar por bombardeamento aéreo os mais poderosos navios, em pouco tempo e com um pequeno consumo de projecteis (12 a 20 bombas em 20 a 30 minutos). Dessas experiências concluiu-se:

a) Que é suficiente a quéda dos projecteis nas proximidades do navio, que se pretende afundar;

b) Que os ataques poderão ser effectuados por aeroplanos, não tendo sido necessário empregar hidro-aviões, embora o objectivo estivesse a 75 milhas da costa.

Êsses resultados dependem, principalmente, dos meios que permitam determinar o local do navio a atingir, do raio de acção dos aeroplanos e da potência dos projecteis.

O tenente Mackay conclue, que uma esquadra naval po-

derá, em determinadas circunstâncias, ser eficazmente combatida por uma esquadra aérea. A proporção entre as forças navais e a aeronáutica dependerá, essencialmente, do raio de acção dos aeroplanos. Estes poderão garantir a superioridade a uma esquadra naval inferior, que manobre dentro dêsse raio de acção, actualmente avaliado em 250 milhas; fóra desta zona as esquadras navais ficarão entregues aos seus próprios meios de acção. Ora êste raio de acção pode e deve aumentar com os progressos da aviação.

Os navios para transporte dos aviões pela sua capacidade restrita não solucionam o problema e só darão elementos de reconhecimento e alguns aeroplanos de combate para a protecção da esquadra. É impossivel aumentar o número desta espécie de navios, pois são indefêsos.

Em consequência destas considerações, a supremacia marítima, fóra do raio de acção aéreo, dependerá exclusivamente do valor das esquadras navais. O navio de combate — couraçado ou cruzador couraçado — continúa sendo o maior factor da supremacia marítima, embora o aeroplano seja mais um elemento que ataca êsse navio de combate, já sujeito aos perigos dos submarinos, dos torpedeiros e das minas.

Uma esquadra naval evitará o combate abrigando-se nos seus portos. Assim o fez, durante a Grande Guerra, a esquadra alemã, renunciando ao combate. Mas, se a esquadra mais forte tiver possibilidade de organizar uma base aérea próximo dos portos inimigos, a armada adversa tem de escolher entre sujeitar-se à sorte duma batalha naval ou ser destruída no seu ancoradouro, se não dispuser duma incontestada supremacia dos ares.

A cooperação das forças navais e aéreas obedece aos princípios já consagrados da ligação entre a aviação terrestre e as outras armas. Esta colaboração é indispensável para o serviço de reconhecimento. O almirante Beathy afirmava que um *zeppelin* equivalia a seis cruzadores, isto durante a última guerra. Os progressos da aeronáutica darão hoje maior envergadura ao serviço de descoberta. As recentes experiências efectuadas nos Estados Unidos demonstram duma maneira concludente, que a supremacia aérea é indispensável ao êxito da batalha naval. A Grande Guerra evidenciou o valor do aeroplano contra os submarinos. Para êste fim é indispensá-

vel que a vigilância aérea se alongue até 300 milhas da costa para impedir os ataques dos submarinos contra os pontos onde, naturalmente, convergem as linhas de navegação. Da mesma maneira, se os aeroplanos puderem atacar as linhas de comércio do adversário, constituirão uma ameaça terrível para a marinha mercante do Estado em conflito.

Destas considerações bem fundamentadas poderemos deduzir a importância da aviação, não distinguindo nos seus objectivos a aviação terrestre e a aviação marítima. Do exposto conclue *La France Militaire* que as costas da Mancha constituirão um factor importantissimo na guerra futura, mesmo no estado actual dos progressos da aviação, seja a França aliada, seja adversária da Inglaterra. Ambiciona *La France Militaire*, que só como aliados fiquem os dois exércitos, que lado a lado estiveram durante os quasi cinco anos de Grande Guerra, mas afirma ser necessário não esquecer o valor estratégico das costas francesas e a poderosa influência da aviação — tão necessária na guerra terrestre como na guerra naval — para que lhe consagremos os esforços necessários. É indispensável, acrescenta, que os nossos amigos britânicos atendam a esses factores, dando o justo valor à amizade francesa e, conseqüentemente, não esqueçam os inconvenientes do seu isolamento, quando estudam os delicados problemas da sua política externa.

\*

\* \*

Os estudiosos, que aos decisivos problemas da defesa nacional dão o seu justo valor na manutenção da nossa integridade territorial, não deixarão de reflectir nas palavras que traduzimos, pela sua oportunidade no caso da nossa reorganização militar.

Pretendendo unicamente chamar a atenção para o estudo tão interessante do tenente Mockay e fixar dois pontos de doutrina, não vamos encarar, na sua generalidade, o problema instantâneo da nossa reorganização militar, que se há de realizar na obra de conjunto, a considerar, e se está adiando, com sensível prejuízo para as Instituições Militares.

A nossa situação geográfica na Europa e o extenso domi-

nio territorial, onde domina a Soberania da República Portuguesa dão especial valor à íntima coordenação dos esforços da Armada, do Exército e, já agora, da Aviação. Hoje todos os Exércitos para travarem as suas batalhas campais nas mais seguras condições de êxito necessitam primeiro de assegurar a supremacia aérea e, em todos os tempos, o domínio marítimo foi indispensável na luta entre dois ou mais Estados. Para os países insulares e peninsulares essa supremacia dos mares é a condição essencial de êxito, muito principalmente com o aspecto económico da guerra moderna. Encontramo-nos na situação duma grande extensão de costas sobre o Atlântico na Península Ibérica, com minguados recursos próprios e detentores do famoso triângulo estratégico do Atlântico. Pelo mar nos virão todos os recursos que supram a nossa deficitária produção industrial e agrícola e até os necessários reforços na hipótese dum conflito entre os dois Estados Ibéricos.

Hoje, como em 1912, o afirmava o ilustre professor Sr. Comandante Botelho de Sousa, garantir o *comando ou domínio do mar* é o fim da marinha, mas esta expressão significa o *control* das comunicações marítimas. Assim conclúe o distinto oficial da nossa Armada: "Se, pois, o maior perigo para uma nação que depende do comércio marítimo, é o bloqueio dos seus portos; se, por outro lado, para uma nação que não depende tanto do comércio marítimo, o maior perigo é a invasão por mar, invasão que o inimigo só poderá fazer depois de imobilizada a nossa força naval, poderemos concluir, que o fim primário duma marinha é *impedir o bloqueio*".

Os perigos duma expedição marítima destinada a invadir o nosso território, operação em todas as épocas extremamente difícil, são hoje menores pelas enormes exigências dum exército que opere em terra. Os exércitos necessitam de tais quantidades e duma tão grande variedade de material, que os comboios marítimos se tornariam demasiadamente pesados, além das dificuldades dum desembarque em território hostil.

Os perigos dum bloqueio, não o bloqueio militar mas o bloqueio comercial efectuado nas combinações em que se realizou o bloqueio dos impérios centrais e directamente o bloqueio da Alemanha pela Armada Britânica no Mar do Norte, são

muito para recesso e exigem o concurso decisivo da nossa Armada. As circunstâncias em que se efectuou esse bloqueio foram estudadas pelo proficiente official da nossa Armada, sr. Comandante Pereira da Silva, do Estado Maior Naval, no volume *Os ensinamentos navais da Grande Conflagração mundial e a nossa acção marítima*. Esse bloqueio, interceptando todas as vias de comunicação marítimas, impediria o reabastecimento, não já só do Exército mas de toda a população e a vinda de reforços aliados e dos nossos próprios recursos em tropas negras, que deveríamos organizar e disciplinar aproveitando um dos ensinamentos mais interessantes da Grande Guerra. Ainda a mobilização do nosso Exército não poderá dispensar os valiosos recursos das nossas colónias dispersas pela América e pelas ilhas do Pacifico, que ferverosamente correrão em defesa da Patria, mas necessitando atravessar a imensidade dos mares, os quais deverão ser nossos ou de nossos aliados.

O nosso Exército metropolitano antes de se ter sujeitado à sorte das armas nos campos de batalha e sem que o adversário necessitasse arriscar-se aos acasos duma guerra de invasão, sempre difícil quando as populações têm arreigado um vivo sentimento patriótico, seria vencido pelos factores economicos num cerrado bloqueio das fronteiras terrestres e marítimas.

A politica das alianças tem excepcional importância para a República Portuguesa. Ainda, há poucos dias, o illustre escritor e jornalista Sr. Dr. Augusto de Castro salientava a sua importância lançando com magnifica oportunidade, com a intelligência clara e a reflexão e competência, que caracterizam o distinto director do *Diario de Noticias*, a hipótese perfeitamente aceitavel dum blóco ibero-americano, que as boas disposições — admissiveis como sinceras — do Chefe do Estado vizinho e a efusão do acolhimento feito na grande nação irmã, o Brasil, ao venerando Chefe de Estado português permitem prevêr como factor económico e militar a considerar. Ainda nesta hipótese a nossa situação geográfica não dispensaria o dominio do mar, e, portanto, a manutenção da nossa velha aliança com o Estado, que possuía o tridente de Neptuno e o continúa a empunhar, vencido o seu principal émulo europeu.

Distintíssimos oficiais da nossa Armada, como os srs. almirante Ferreira do Amaral e os comandantes Pereira da Silva e Pereira de Matos, êste infelizmente afastado dos trabalhos da nossa marinha, quando a sua sólida cultura tão valiosos elementos nos poderia fornecer, estudaram antes da grande guerra o problema, que deixamos esboçado e que pela orientação dêste trabalho não devemos desenvolver.

A vitória dos aliados melhorou sensivelmente a nossa situação, mas não modificou as linhas gerais do problema incumbido à nossa Armada, que necessita ser resolvido, dando-lhe os necessários meios de acção.

Afastamo-nos ligeiramente das considerações, que nos orientavam, querendo antes afirmar a indispensabilidade para Portugal duma marinha que possua unidades navais em condições de desempenharem a missão difícil, que lhes possa competir. Com escassos meios de acção, cumpriu a nossa Marinha uma pesadissima tarefa durante a nossa intervenção militar na Grande Guerra. Com absoluta justiça foi possível ao illustre almirante sr. Leote do Rego, ao tempo comandante da Divisão Naval Portuguesa, afirmar numa notavel entrevista concedida à patriotica revista *Atlantida*, em novembro de 1917: «*A vida da marinha portuguesa è, presentemente, de trabalhos, de fadigas, de esforço sem igual. Poucos embora, os nossos navios aparecem em toda a parte. Transportam tropas para a Europa. Dão assistencia a centenas de navios. Colaboram incessantemente com os aliados. E, ao deixar uma esquadra inglesa, recentemente, o porto de S. Vicente, onde estava guardando inumeros cabos telegráficos, e que è uma das mais importantes bases de carvão do Atlântico, tendo ali a Inglaterra, como è obvio, importantissimos interêsses, o almirante confiou a guarda de todos esses valores a dois pequenos navios portugueses*».

No trabalho do sr. comandante Pereira da Silva, a que já fizémos referênciã, alude-se à acção dedicada da nossa Marinha durante a Grande Guerra e com o maior entusiasmo indica-se como a sua acção teria sido dum inestimavel valor para os aliados, se antes de 1914 tivéssemos realizado o nosso programa naval proposto pela Grande Comissão de Reorganização da Armada. Certamente êsse programa terá de ser modificado nos seus detalhes técnicos, mas a sua execução

continúa sendo de urgente necessidade para que as Instituições Militares tenham a eficiência capaz de nos colocar dignamente numa politica de alianças e de sermos valores a considerar perante a instabilidade bem evidente dêesses acordos internacionais.

\*

\* \*

Há um novo meio de acção a considerar e que realizou notáveis progressos durante os 51 meses, em que se combateu na Europa, na Africa e na Asia. E' a Aviação.

Os aperfeiçoamentos têm continuado, após o armistício, procurando-se utilizar os ares como estradas comerciais, mas não perdendo de vista a sua decisiva applicação na guerra. O notavel artigo do tenente-aviador Mackay confirma êste acerto. Não obstante as conferências sucessivas da L. D. N. e a conferência do desarmamento de Washington, os exércitos e as armadas cuidam atentamente da aviação, procurando dota-la com o maior número e os mais aperfeiçoados aparelhos. Os aperfeiçoamentos técnicos, que se têm alcançado e o estabelecimento dos princípios, que presidem ao emprêgo militar dos aviões, classificando-os conforme os seus objectivos e fixando as regras da sua acção tatica, dêram à aviação os fóros, perfeitamente justificados, de 5.<sup>a</sup> *arma dos exercitos*.

A aviação conquistou depressa a sua maioridade e o emprêgo estratégico e tático, que o estudo reflectido das operações terrestres e navais realizadas durante a Grande Guerra, faz prevêr, é de molde a garantir-lhe absoluta independência, como um novo factor das Instituições Militares, que se comporão de Armadas, Exércitos de Terra e Exércitos do Ar ou Esquadras Aéreas. Os Estados de grandes recursos e que devem dispôr dos adequados meios de defêsa têm dado extraordinário desenvolvimento à aviação.

O tenente Mackay refere-se especialmente às fronteiras marítimas, aspecto que nos interessa vivamente, mas estudos recentes afirmam que as primeiras batalhas entre os Estados em conflito se hão de travar entre os aeroplanos dos dois adversários, e que só depois de assegurada a liberdade dos ares, isto é, a supremacia aérea, se tornará possível o avanço e desenvolvimento dos Exércitos de Terra. Esta previsão duma

guerra futura, que nos parece bem fundamentada, constitue um interessante assunto para a defesa nacional e tem oportunidade manifesta no nosso caso.

Em França, o distintíssimo general Duval, ao tempo sub-chefe do Estado Maior, numa série de artigos sensacionais publicados no jornal parisiense *Le Matin*, exaltando a importância da aviação, preconizava a redução dos efectivos de paz, pois que a manutenção anual de 20 homens representa o custo dum aeroplano. Assim, o general Duval queria reduzir de 20.000 homens o efectivo orçamental do Exército Francês, o que lhe permitiria adquirir 1.000 aeroplanos, dum emprêgo mais eficaz, conforme a opinião do ilustre oficial.

Mas, conforme a orientação do artigo do tenente Mackay, consideremos unicamente o problema da defesa das costas. Êste problema, duma vital importância para a nacionalidade portuguesa, foi estudado detidamente pelo eminente director desta «Revista Militar», sr. general Moraes Sarmiento. Ainda hoje, embora sejam passados anos de publicação, se lê com proveito e se encontram utilíssimos subsidios no livro *A defesa das costas de Portugal e a aliança luso-inglesa*, do erudito e venerando escritor militar. Estudando com largo desenvolvimento o problema da defesa das nossas costas, afirma o sr. general Moraes Sarmiento *A aliança com a Inglaterra simplificou, porém, extraordinariamente, a resolução desta questão, segundo o modo de ver do autor dêste estudo. Incumbindo naturalmente às poderosas esquadras daquêle país a missão estratégica em qualquer campanha, na qual, com ela nos encontremos envolvidos, a missão das nossas fôrças navais não pôde deixar de ficar circunscrita ao papel puramente tático».*

Não se resignam a esta missão de carácter restrito os ilustres oficiais da Armada, que em diversas ocasiões têm expêndido os seus autorizados parecêres e o programa naval da Grande Comissão de Reorganização da Armada, embora atendendo à nossa cooperação com esquadras aliadas, previa um agrupamento de batalha de seis couraçados de linha ou, segundo a preferência do ilustre comandante sr. Pereira da Silva, de quatro couraçados rápidos, tipo *Queen Mary* ou *Lion*, agrupamento de batalha menos dispendioso, tanto no que diz respeito à sua aquisição, como ao seu custeio, menos poderoso em armamento de artilheria e protecção, mas muito

mais veloz, facto êste muito importante para os fins a atingir."

O artigo do tenente Mackay permite julgar que a defêsa móvel das costas poderá ser confiada à aviação. Só os técnicos poderão apreciar a extensão dêste auxilio evidente da aviação, e se os aviões, tipo aeroplano, tipo hidroavião ou a combinação das duas espécies, de características convenientes, poderão substituir as unidades navais na sua missão de reconhecimento e ataque das forças navais do adversário, que não possuindo bases terrestres a pequena distância, não poderá opôr meios aéreos de igual valor, em consequência do pequeno rendimento dos navios destinados ao transporte dos aviões.

Só os técnicos poderão fixar os característicos dos aparelhos de navegação aérea—aviões ou dirigíveis—adequados aos objectivos, que lhes devem ser determinados. Mas, o que poderemos concluir, é o enorme desenvolvimento alcançado em todos os Países pelas tropas aéreas e o cuidado com que deveremos seguir êsses progressos, pois nos interessam para a defesa das nossas fronteiras terrestres e marítimas. Desta identidade de missões poderemos deduzir a conveniência de fundirmos as nossas aviações—terrestre e naval—num único *Corpo Aéreo*, convenientemente instruído na missão de observação dos objectivos diversos, que se apresentam em terra ou sôbre o mar. A especialização e consequente divisão, actualmente existente, representa uma despesa a evitar e pode originar dificuldades durante as operações.

Correspondendo, portanto, a uma necessidade da defêsa nacional e representando a homenagem máxima e de absoluta justiça ao glorioso feito, que foi a travessia dos ares atlânticos, torna-se urgente a reorganização da aviação aeronáutica, depois de reflectidamente estudado o problema em conjunto, pelas entidades superiores da Armada e do Exército.

A travessia Lisboa-Rio de Janeiro não foi uma aventura, foi um magnifico acto de resolução baseado nos conhecimentos scientificos dos dois illustres e valorosos officiaes da nossa Marinha—Almirante Gago Coutinho e Comandante Sacadura Cabral. A êstes dois sábios deverá ser confiada a imediata organização aérea, instalada com todas as exigências, que a sciência reclamar e a instrução dos nossos futuros aviadores.

Depois duma curta experiência dos primeiros cursos, a frequência desta Escola deveria ser facultada a oficiais estrangeiros.

Embora fóra da indole deste artigo, não deixaremos de salientar, como aliás um distinto parlamentar o fêz, submettendo à Câmara dos Deputados um projecto de lei, a importância de estabelecermos linhas de navegação aérea, que entregues a direcção superior da aviação militar permitam a formação e o treino dêste pessoal.

\*

\* \* \*

Do desenvolvimento, que pretendemos para a nossa aviação militar, não concluímos a necessidade de centralizar êsse serviço num novo ministério. Pertencemos ao grupo de officiais, que em Portugal e no Estrangeiro preconizam a criação do *Ministério da Defêsa Nacional*, centralizando os serviços da Armada, do Exército e da Aviação. Não é a ligeira economia dos respectivos ministros e pessoal, que lhes é adstrito, que nos preocupa. Havendo necessidade duma absoluta coordenação no funcionamento das três colectividades, êsse equilibrio melhor se assegurará pelas direcções gerais dum mesmo ministério. Neste momento divirgimos da opinião autorizada e para nós muito respeitada do Sr. General Moraes Sarmiento, que vê na complexidade dos diferentes serviços a impossibilidade material dum só ministro desempenhar as suas funções. A harmonia dos três departamentos deverá ser tão perfeita, que só uma acção única a poderá assegurar. A complexidade dos assuntos é, certamente, maior em outros departamentos da governação pública, que constituem ministérios e a impossibilidade material só existe por uma viciosa e prejudicial centralização de funções. E' uma questão de método de trabalho, de atribuição de iniciativas e das correlativas responsabilidades, que resolverá o problema.

De resto essa coordenação técnica é geralmente reconhecida, criando todos os Estados o órgão próprio para a garantir com o nome de *Conselho Superior ou Conselho Suprêmo da Defêsa Nacional* e Porque não se realiza a correspondente

coordenação administrativa, que facilitaria a unidade técnica? O Sr. General Moraes Sarmiento no livro já citado afirma:

*«Será pela íntima ligação dos elementos, que constituem os órgãos do comando, tanto no exército como na marinha, que se deve estabelecer entre elles o comunidade de pensamento nos assunto de defêsa nacional. Tudo o que tenda a estreitar aquellas relações será um elemento importante de consolidação para esta.*

E' principalmente, entre os oficiais da Armada, que a opinião do *Ministério da Defêsa Nacional* encontra principais opositores. Receiam, que os recursos orçamentais não sejam divididos duma maneira equitativa e que o Exército tenha a melhor partilha na distribuição de benefícios. Já acentuámos, e não só profissionais mas os nossos estadistas e os políticos de todos os agrupamentos deveriam conhecer, o papel preponderante, direi mesmo decisivo, que a Marinha tem na defêsa do nosso território. Pensando assim, reconhecendo que encontrando-se o Exército em más condições, principalmente por vícios de administração, a nossa Marinha de tão brilhantes tradições, se encontra em péssimas circunstâncias para o desempenho da sua missão, nós não temos o pensamento reservado de engrandecer o Exército, a que nos honramos de pertencer, prejudicando a Marinha, à qual prestamos a justiça das palavras, que deixamos escritas.

As criteriosas afirmações do ilustre oficial da nossa Armada Sr. Comandante Botelho de Souza, no seu desenvolvido estudo *Marinha e Defêsa Nacional* publicado em 1912, conservam todo o seu valor com os ensinamentos da Grande Guerra. Nêsse estudo indicam-se e justificam-se os serviços de defêsa e de representação nacional e os de fiscalização, politica e transportes, que poderão competir à Marinha. Definindo a função da Marinha em tempo de paz, afirma o distinto escritor: *«Onde se exerce o comércio nacional, é necessario que ai a marinha leve a sua influêcia, pondo os negociantes ao abrigo de interpretações abusivas do direito internacional, de violências, sobretudo em tempo de guerra, em detrimento do comércio neutro»*. Assim é. A influêcia moral e económica da marinha são enormes. As nossas longiquas colonias, tão numerosas e que tanto honram o nome português pela sua honestidade e perseverante trabalho, dispersas pela

America e pela imensidade do Oceano Pacífico, anseiam vêr navio, que arvore o glorioso pavilhão da República Portuguesa.

A função económica da marinha é, após a guerra, mais acentuada, diremos mesmo — é uma função directa. Dá-nos o exemplo a França enviando em prolongados cruzeiros algumas das suas unidades, como recentemente o cruzador *Jules Michelet*, que, dizia um jornal parisiense, «adestrando a tripulação servirá os interesses do comércio e da indústria», pois conduz mostruários de produtos, que poderão encontrar mercados nos portos, que visita; o exemplo é-nos dado pela Italia armando expressamente em *Feira móvel*, um dos seus navios.

Factos ocorrentes, nesta eterna questão do Oriente, origem de todos os nervosismos diplomaticos contemporâneos, evidenciam o papel importante da Marinha, que em demonstrações navais, nas suas diversas modalidades, poderá evitar o conflito declarado.

O autor dêste artigo, esbôço de estudo mais desenvolvido, não pretende, portanto, apoucar ou reduzir a Marinha, avivando a hipótese da criação dum *Ministério da Defesa Nacional*. A individualidade, que fôsse incumbida dêsse departamento importantíssimo da administração do Estado — civil, official da Armada ou official do Exército — sentiria bem as necessidades da nossa Marinha e pediria ao Parlamento os recursos indispensáveis para que as Instituições Militares possam corresponder à sua missão e à confiança, que a Nação deposita nos seus órgãos defensivos. Um funcionamento simplificado dos diversos serviços, descentralizando-os, permitirá acumular os assuntos da defesa nacional num único ministério.

Esta questão tem oportunidade e por isso a ventilamos. Está pendente do Parlamento a remodelação dos serviços públicos, estando de acôrdo, ao que parece, os diversos agrupamentos políticos ali representados, na redução do número de ministérios. A imprensa diária anunciando os trabalhos da comissão mixta incumbida de apresentar o plano dessa remodelação, comunica a opinião de que a Marinha e as Colónias deverão constituir um único ministério, como sucedeu durante o regimen monarchico. Justificava-se esta orientação, embora a mantivessemos por um periodo demasiadamente dilatado. Di-lo, melhor do que poderemos fazer, o Sr. Almi-

rante Leote do Rego, na notavel entrevista, a que fizemos referênciã: «É a época da transição da vela para o vapor, periodo para nós agudo e áspero, em que várias pretensões, — que a justiça e a verdade histórica mostravam não ter nenhum fundamento — e em que um círculo opressivo de cubiças espreitando por cima das fronteiras coloniais, só foram mantidas em respeito pelos nossos pequenos navios, que nos garantiram e afirmaram assim a posse dos territórios, que o passado nos legára. Pode mesmo dizer-se que só a eles estava confiada a guarda das colónias, visto que não era ainda uso organizarem-se expedições militares para tão inospitas paragens. A marinha de guerra, para a defêsa e salvaguarda do nome nacional era tudo. E foi tudo, nêsse periodo difficilimo e doloroso. . . »

Não é occasião de dizermos a nossa opinião sôbre a reorganização ou supressão do *Ministério das Colónias*, mas é oportuno preconizarmos a passagem das nossas *Tropas Coloniais*, tanto as tropas de terra como a marinha colonial, para o *Ministério da Defêsa Nacional*. A recente guerra evidenciou a bela cooperação, que as tropas coloniais deram ao exército metropolitano, tanto em França e Inglaterra, como nas nossas campanhas de Angola e Moçambique. Tambem a história da guerra confirma a opinião de muitos autores e, entre nós, defendida pelo brilhante espírito do glorioso e imorredouro Mousinho de Albuquerque, no seu célebre relatório sôbre a sua administração de Moçambique, da excelente preparação para as difíceis funções do comando, que são a guerra nas colónias e a administração dêsses domínios. Alguns nomes, dos mais distintos e que nas acções da Grande Guerra se enobreceram pela sua resolução, firmesa e bravura, são de antigos chefes coloniais. É incompreensível, que um país como o nosso, que tem a razão de ser, a sua esperança de ressurgimento no desenvolvimento e progresso económico das nossas colónias, mantenha divorciadas, distintas, desconhecidas as suas Instituições Militares, metropolitanas e coloniais. Não digo, pois seria êrro, que se faça a fusão dêsses organismos. Têm funções distintas e, portanto, características diversas. Mas é indispensável a sua *transfusão*, que convem a uns e outros: os organismos metropolitanos conseguirão chefes possuindo as qualidades, que uma permanência nas colónias podem inculcir; os organismos coloniais terão os melhores elementos,

que aí vão prestar os seus serviços, para que mais tarde, regressando à metrópole, possam receber as deferências e ter, possivelmente, as vantagens, a que a sua mais completa preparação dá indiscutível direito.

O *Ministério da Defesa Nacional* trataria de todos os problemas referentes às Instituições Militares, tanto na metrópole como nas colónias, extinguindo assim o mútuo desconhecimento que se manifesta e tanto prejudica o seu conveniente desenvolvimento. Não é assunto novo e a sua solução varia com os Estados. Nas chamadas Grandes Potências como nos Estados secundários o problema procurou resolver-se com os chamados Conselhos de Defesa Nacional, criticados já ha dezassete anos pela pena brilhante e competente, hoje emudecida pela morte, do general Langlois. Dizia então êste distinto escritor militar, no jornal *Le Temps* e podêmos hoje repetir — «são bem conhecidos os inconvenientes do particularismo e da independência dos diferentes ministérios encarregados da defesa nacional». Para a França, dado o grande desenvolvimento das suas Instituições Militares e considerando os inconvenientes dos grandes conselhos, com as conhecidas características da sua psicologia, podia concluir o General Langlois: *«Em resumo, parece-nos possível coordenar a acção dos ministérios encarregados da defesa nacional pelas duas medidas: 1.ª Unificar, quanto possível, a mentalidade dos três exércitos — Marinha, Exército de Terra e Fôrças Coloniais, primeiramente por um contacto freqüente entre as escolas superiores<sup>1</sup> de guerra e de marinha, seguidamente por estágios. O efeito desta medida seria, talvez, lento, mas era de seguros resultados; 2.ª Criar, junto do Presidente da República, um estado maior de defesa nacional, incumbido de estudar todos os assuntos referentes à defesa nacional, justificando as soluções propostas. Esta disposição teria resultados imediatos e o funcionamento dêste novo organismo tornar-se ia sucessivamente mais perfeito, como consequência da primeira disposição».*

Só depois de dezassete anos e como consequência da Grande Guerra, que evidenciou os defeitos dos *compartimentos*

<sup>1</sup> Os oficiais coloniais podem ser admitidos nestas escolas.

*estanques*, foi organizada uma comissão de estudos <sup>1</sup> do *Conselho Superior de Defesa Nacional*, que corresponde à antiga proposta do General Longlois.

Poderíamos adoptar esta solução dando vida ao nosso *Conselho Superior da Defesa Nacional* e aproveitando os excelentes elementos dos nossos Estado Maior Naval e do Estado Maior do Exército, tão prejudicialmente isolados, mas a solução radical de problema tão importante consiste, em nossa modesta opinião, na criação do *Ministério da Defesa Nacional*, funcionando nos moldes duma boa administração, desburocratizada, activa e progressiva.

Novembro—1922.

HENRIQUE PIRES MONTEIRO.  
Ten.-Cor. do C. E. M.

---

## A propósito do armistício

---

A celebração do quarto aniversário do armistício é natural e impõe-se a todos os campos. Foi uma balisa colocada no difícil caminho que devia levar-nos a essa paz que ainda não chegou.

Teem-se sucedido os tratados territoriais, convenções económicas, os acordos de tóda a ordem. E, contudo, a *post-guerra* arrasta-se laboriosamente, os pontos de ignição multiplicam-se, os conflitos estalam por tóda a parte — Tchecos contra Polacos, entre êstes e os Rutenos, Varsóvia contra o bolchevismo, entre Romenos e Yugo-Slavos, Romenos contra Rutenos, Gregos contra Turcos, os Balkans em ebulição, não falando já nos incidentes de Fiume, do Tyrol, e tantos outros.

As crises internas renascem ou agravam-se: a Inglaterra teve de aceitar a autonomia do Egypto e a da Irlanda, ainda em fogo; a Italia sai duma tremenda revolução social para

---

<sup>1</sup> É hoje presidida por um glorioso mutilado, o Tenente-Coronel Jean Fabry, que, como deputado por Paris, se tem distinguido no estudo das questões de organização militar.

um novo *Risorgimento*; a Austria debate-se com a fome; a Rússia estorce-se entre os tentáculos de ferro de tôdas as misérias.

No meio dêste caos ouve-se a voz clara do Presidente Harding proclamando que a «Europa deve pôr quanto antes a sua casa em ordem», e que só depois poderá contar com a boa vontade americana.

Êstes não são, certamente, os frutos do armistício, ao qual ninguém assacará tão tremendas responsabilidades. Era um passo que tinha de dar-se, era uma porta que se fechava sôbre uma grande chacina, e uma porta que se abria para um mundo novo.

Mas o que se está a vêr, se não é pior do que a Guerra, não é melhor.

Como sair de uma tal situação? Desta maneira simples: que as Nações que tão calorosamente abraçaram a causa do Direito e da Justiça, não consintam que estas grandes idéas vão fazer companhia aos *chiffons de papier*, de tão triste celebridade, e expressão infeliz dum estado de espírito que é forçoso que não volte.

11. Nov. 922.

CORONEL MÁRIO DE CAMPOS

---

## Carros de combate

(Continuação da pag. 538)

### VIII

#### **Emprêgo tático dos carros de combate**

##### I

#### **A experiência**

No dia 25 ainda de Abril de 1917 o agrupamento Lefebvre era posto à disposição do VI.º Exército com o fim de participar do ataque ao saliente formado pelas linhas alemãs na região de Laffaux. A sua composição era quasi completa-

mente a mesma que foi indicada precedentemente (pág. 528 e 529). A 1 de Maio estava reunido em Crouy, onde o 17.º Batalhão de caçadores se lhe ajuntou a 2.

A operação previa apenas o emprêgo de 2 grupos, o 10, o menos instruído, ficaria em reserva; o 1, ligado ao 1.º C. E. C., devia apoiar a acção da Divisão provisória Brécard, entre o sul do vale de Guerbette e as pedreiras de Fruty. O grupo Saint-Chamond 31, atribuído ao 37.º C. E., devia cooperar na acção da 158 D. I., a éste das pedreiras de Fruty. Os reconhecimentos foram feitos apressadamente, por isso que o ataque estava marcado para 5 de Maio. As três baterias do grupo 1, cujas posições de espera, graças ao terreno muito cortado, haviam podido ser estabelecidas nas proximidades das primeiras linhas, deviam pôr-se em marcha ao mesmo tempo que a infantaria; elas a alcançariam logo que fosse detida e a ultrapassariam então para combater. Cada uma tinha a sua missão bem definida: uma bateria ficava à disposição do comandante do grupo para reforçar onde fosse preciso. Logo que a Divisão tivesse atingido uma linha designada por terceiro objectivo intermediário, as baterias deviam conduzir-se à retaguarda, tomando posições desenhadas e aí esperar novas ordens.

A operação desenvolveu-se quasi como se planeara. A 5 de Maio, às 2 horas, o grupo ocupava as suas posições. Pelas 4<sup>h</sup> e 45' o ataque começou e os carros puseram-se também em movimento. Atravessando sem dificuldades a barragem inimiga, excedem rapidamente as vagas de assalto, detidas pelo fogo das metralhadoras e pelas rêdes não destruídas, desempenhando-se do dever de suprimir êstes obstáculos. Para a direita, os carros contribuem para o ataque das trincheiras do Loup e do Cerf; dois dentre êles calam várias metralhadoras, um outro ataca pelo canhão um pequeno fortim erguido na trincheira do Môle e o reduz ao silêncio com alguns tiros; um outro imobiliza os alemães numa trincheira interior e obriga-os a renderem-se. O moinho de Laffaux é tomado; um contra-ataque vindo da ravina do Alemão é prontamente detido a 200 metros e bem depressa alguns carros se acercam desta ravina, a mais de 3 quilómetros do seu ponto de partida. Mais a oeste o avanço foi menor, os carros ficam em "panne" perto da trincheira do Rossignol. Entre as

9<sup>h</sup>30' e 10<sup>h</sup>, as tropas de assalto não estão já em condições de seguir os carros e êstes voltam à sua posição de espera com as suas secções de acompanhamento.

Com os Saint-Chamond o sucesso foi menor. Puseram-se em movimento a 3; em razão da distância a percorrer, havia sido designada uma posição intermediária na região de Quincy e de Celles-sur-Aisne. Desde a primeira étape, os carros escalonaram-se pela estrada; dois ficaram em Crouy, três outros a pouca distância; a 4, ao meio-dia, uma bateria só tinha 2 carros à altura de Quincy, uma outra, um único à altura do Fort de Condé, de maneira que o comandante do grupo, obrigado a recompor o seu dispositivo de combate, pede ao comandante do agrupamento o concurso duma bateria Schneider do grupo 10, a fim de constituir a reserva que não tinha. A marcha continúa na noute de 4/5 e outros «pannes» se produzem. Á hora H, 12 carros Saint-Chamond e os 4 Schneider estão enfim reunidos na posição de espera. Para a direita a infantaria detem-se ante a trincheira da Pertuisane em consequência das rêdes não destruídas; os carros fazem brechas nas rêdes e, cobrindo de fogos a trincheira, a entregam à infantaria; mas, dentro em pouco, imobilizam-se uns após outros. Á esquerda, a bateria reduzida a dois carros (os outros dois não puderam deixar a posição de espera) esforça-se também por neutralizar a trincheira inimiga, mas não pode consegui-lo. Por êste terreno, continuamente batido pelas metralhadoras estabelecidas junto da Ferme Mennejean, a infantaria não pode avançar e o único carro que restava vê-se obrigado a retirar. Pelas 9 horas, a bateria Schneider até então em reserva, recebe a missão de apoiar um novo ataque da infantaria contra a trincheira da Rade. Os carros chegam à trincheira e costeiam-na, apesar das vivas reacções do inimigo, mas não conseguem neutralizá-la inteiramente e como a infantaria não pudesse ir ocupá-la, os carros retiram deixando um em «panne».

Na tarde do dia seguinte, 2 carros Saint-Chamond entram no novo ataque à trincheira da Rade, ainda sem resultado; na volta cáem ambos em «panne» e tiveram que ser evacuados ante os repetidos ataques alemães.

Na noute de 7/8 de maio os grupos concentraram-se na sua posição de reunião em Crouy, com bastantes dificuldades

para o grupo Saint-Chamond. Desde o dia 6 que fazia mau tempo; mas apesar disso ametade dos carros em «panne» foram reconduzidos. Ficaram no terreno 3 aparelhos Schneider e 3 Saint-Chamond, expostos ao fogo do inimigo, que se divertiu muito tempo a destrui-los.

Neste combate a A. A. sentiu as seguintes perdas: mortos 13, dos quais 2 oficiais das companhias de acompanhamento; feridos 63, sendo 14 oficiais; e 11 desaparecidos. O total acusa 20 % do efectivo empenhado.

Já nesta nova prova temos um resultado muito diferente do da prova de 16 de abril. Um único carro foi destruído no curso do combate pela artilharia inimiga. Havendo sido bem preparadas as pistas para cada bateria, a sua intervenção pôde ser rápida; a artilharia francesa havia contra-batido eficazmente a adversa durante o combate e conseguido cegar os seus observatórios de terra, ao passo que a aviação amiga ficou senhora do ar. Não tendo sofrido estôrvo a acção dos carros, puderam êstes desenvolver-se e combater afastados uns dos outros; enfim, os carros permaneceram pouco tempo no terreno do combate.

É bem evidente que todos os resultados obtidos o foram nas primeiras horas, sendo inutil prolongar a presença dos carros num terreno em que a infantaria não pode estabelecer-se.

Ainda nos mostra êste combate a necessidade da mais íntima ligação com a infantaria de ataque e com a artilharia. As ligações haviam sido estabelecidas apressadamente em consequência do pouco tempo de que se dispunha antes do ataque, e fôra preciso uma infantaria de acompanhamento felizmente muito treinada no seu papel e muito ousada para obviar em parte aquela falta. Enfim, a conveniência de uma séria preparação por parte das equipagens dos aparelhos sobressai do facto que o grupo 1, mais antigo e melhor instruído que os outros dois, obteve com perdas sensivelmente inferiores resultados notavelmente maiores.

Relativamente ao material a lição a colher dêste combate concorda com a de 16 de Abril, confirmando que se impunham os melhoramentos já apontados.

Passaram meses sem que outra prova tivesse lugar, mas em que não se deixou de, nas oficinas, se trabalhar afanosa-

mente nos carros, melhorando-os e aumentando o seu número.

\*

\* \*

A terceira prova teve lugar a 23 de Outubro ainda de 1917, na batalha de Malmaison. Trata-se desta vez de romper, por um ataque penetrante essa frente do Chemin des Dames, onde por assim dizer a batalha não cessara desde abril; de ocupar o planalto de La Malmaison, o que permitiria os fogos de enfiada ao longo da crista das Dames e no vale de Ailette, tirando ao mesmo tempo ao inimigo as vistas que possuía dêste lado na direcção do Aisne.

Feitos os reconhecimentos entre a ravina de Bessy e a Ferme de Bovettes, viu-se que a parte vizinha da Ferme du Panthéon se não prestava para a acção dos carros em consequência do grande revolvimento sofrido pelo terreno, tanto nas linhas francesas como nas do inimigo. Esta região é pois posta de parte, mas ficou resolvida a intervenção dos carros em todo o resto da linha.

Foram designados para tomar parte no ataque, sob o comando de tenente-coronel Wahl, dois agrupamentos: um Schneider, composto dos grupos 8, 11 e 12; o outro, Saint-Chamond, compreendendo os grupos 31 e 33. Os grupos Schneider eram uniformemente compostos de 12 carros de combate, divididos com 4 baterias a 3 carros. Os grupos Saint-Chamond compreendiam 14 carros e eram constituídos a 4 baterias desiguais de 3 e 4 carros. Uma S. R. R. acompanhou cada um dos agrupamentos.

Em 25 de Agosto (é deveras notável o tempo que levava a preparação de cada combate) começaram os reconhecimentos detalhados, nas zonas que respectivamente estavam atribuídas a cada um: as diversas posições de reunião, de espera, de partida, os itinerários a seguir, os trabalhos a fazer executar, tudo foi cuidadosamente estudado.

Designadas as tropas para o ataque, os comandantes das unidades da A. A, entraram em comunicação com os comandantes de regimento e batalhão a que iam ser ligados. Quatorze dêstes batalhões se sucederam em Champlieu e os exercícios em ligação com a infantaria, tão úteis ao mesmo tempo

para as equipagens dos carros como para as tropas de ataque, foram bastantes.

Uma conveniência demonstraram êsses exercícios, para melhor assegurar a perfeita unidade de acção entre as duas armas — a de subordinar inteiramente as baterias de carros aos comandantes dos batalhões que devem apoiar. Dois batalhões dos 8.º e 11.º caçadores a pé, escolhidos como tropas de acompanhamento, acantonaram nas proximidades do campo de Champlieu a 27 de Agosto e aí receberam uma instrução especial; cada esquadrão marcharia de futuro com o grupo a que estava ligado para o combate. Também se estreitou a ligação entre a A. A. e os diversos escalões de artilharia. Finalmente, as fotografias tiradas do ar, regularmente comunicadas a seguir ao reconhecimento dos aviões, serviram para o estudo dos itinerários a seguir através as linhas inimigas. Nada se desprezou do que era possível prever.

O inimigo não só esperava o ataque como também o emprego dos carros de combate. Tomara medidas especiais de defesa, segundo instruções de Ludendorff e baseadas nas experiências que lhe oferecera a batalha de 16 de Abril. O papel preponderante exercido pelas baterias afastadas, naquela batalha, induzira ao completo abandono das peças em posição avançada. Todos os esclarecimentos foram dados aos observatórios; preparou-se uma triplíce barragem. Um importante papel se reservou também a destacamentos de metralhadoras «de elite», provisionados com as munições especiais «S. M. K.», que deviam pôr os carros fora de combate. A confiança era completa, e o Alto Comando assim o significou às suas tropas em ordem do dia.

Nos dias 16 e 17 de Outubro, os grupos de A. A. foram transportados pelo caminho de ferro e ganharam de noute, sem incidente, as suas respectivas posições de reunião: nas proximidades de Celles, Vailly e Moulin-Saint-Pierre para os grupos Scheneider, destinados à direita do ataque; na região de Braye, Vuillery para os grupos Saint-Chamond, que deviam intervir sobre a esquerda. Os carros, de novo pintados a côres próprias, estavam cobertos com panos também pintados, que os ocultavam às vistas indiscretas. Havia alguns dias que os esquadrões de acompanhamento preparavam os caminhos dos itinerários,

Jam os carros tomar parte no ataque incumbido aos 11.<sup>o</sup>, 21.<sup>o</sup> e 14.<sup>o</sup> Corpos de Exército. Na direita, o grupo 12, na zona do 11.<sup>o</sup> Corpo, estava com a 38.<sup>a</sup> D. I., encarregada de tomar o forte arruinado de La Malmaison e de conquistar a linha Chavignon — Ferme Many. Ao centro, os grupos 8 e 11 estavam distribuídos, pelo 21.<sup>o</sup> Corpo, o primeiro à 43.<sup>a</sup> D. I. e o segundo à 13.<sup>a</sup>. O objectivo era atingir a Forêt de Bellecroix, por um lado, e o cume das encostas norte do planalto de Montparnasse, por outro. Na esquerda os grupos Saint-Chamond participavam do 14.<sup>o</sup> Corpo: o grupo 31 devia cooperar com a 27.<sup>a</sup> D. I., na frente Moulin-de-Laffaux — Gobbineaux, na tomada da cota 170, envolvendo as pedreiras de Fruty; o grupo 33 fôra dado à 28.<sup>a</sup> D. I. e devia auxiliar o avanço sôbre Alemant.

Vimos que haviam sido tomadas tôdas as precauções; mas o mau tempo que havia ensopado o terreno, os tiros da contra-preparação adversa e o revolvimento das linhas alemãs pela artilharia francesa, que intensamente atirara por seis dias e seis noutes, tudo contribuiu para criar aos aparelhos um conjunto de circunstâncias difíceis.

Na noite de 22/23 de outubro de 1917 os carros partiram a horas diversas, calculadas segundo as distâncias e os obstáculos previstos, a tomarem as suas posições. As paragens forçadas, os «pannes» retardaram em geral a marcha e muitos só alcançaram a posição de espera alguns instantes antes da hora H (5<sup>h</sup> 15') e seguiram para a frente quási sem paragem.

Excedidos pelas vagas de assalto do R. I. C. M. e do 4.<sup>o</sup> de zuavos, passando-as por vezes através dum terreno extremamente derrocado, os carros da direita do grupo 12 marcham contra o inimigo; auxiliam a ocupar as pedreiras de Bohery; passam o Chemin des Dames, dirigem-se com a infantaria que os rodeia para o Fort de La Malmaison e vigiam os arredores até que a posição é organizada. Mas esbarram uns após outros nas profundas e múltiplas escavações das granadas. Dos seis carros da coluna da esquerda dêste mesmo grupo, que deviam subir ao planalto Marraines, um único aí chegou, e mesmo êsse immobilizou-se logo. Desta fôrma, à hora H', em que a infantaria devia prosseguir no avanço, o grupo, todo êle detido, não podia já tomar parte no ataque ao segundo objectivo.

Ao centro, muito outras foram as peripécias porque passaram os carros. Durante a aproximação, duas das baterias do grupo 8 foram tomadas sob um violento fogo de interdição, nas proximidades da Ferme Toty e são imobilizadas. Dos seus seis carros um só conseguiu desembaraçar-se a tempo de se juntar à sua infantaria à hora H' (9<sup>h</sup>15') e marchar desde então com ela ou adiante dela na segunda fase do combate. Auxilia a tomar a trincheira das Oubliettes, a orla sul do Bois des Hoinets; contornando a ravina de Bousseux com o intuito de tomar de revés os abrigos inimigos, e depois cobrindo as instalações dos batalhões de caçadores vizinhos, êste aparelho demonstra bem o que se pôde esperar dos carros de combate, quando são em quantidade. Não menos o demonstra ainda um carro duma outra bateria, que deixando ficar para traz os seus dois companheiros detidos pelas granadas adversas, alcança pelas 7<sup>h</sup> 30' a companhia da testa do 149<sup>o</sup> R. I. já instalada sôbre o seu primeiro objectivo, e, durante o alto a que esteve obrigado, destróe uma metralhadora incômoda, dispersa as tropas dum contra-ataque que se tenta na vizinhança e prosseguindo à hora H', precede de 50 a 100 metros a vaga do assalto, canhoneia a orla do Bosque de Bellecrois, ataca uma pequena pedreira onde faz uma dúzia de prisioneiros, captura uma metralhadora e atinge pelas 11 horas o rebordo norte do planalto de Chavignon.

A bateria de reserva, entrada em acção para substituir as duas primeiras imobilizadas, alcança também a infantaria à hora do segundo ataque, e precedendo-a durante todo o percurso, atinge pelas 11 horas o Bois des Hoinets, ao centro do qual um dos carros assenta posição, enquanto que um outro mantém sob o seu fogo a ravina de Bousseux. Nêste momento os carros recebem ordem para retirar.

*(Continúa).*

MELLO E ATHAYDE

Ten coronel

# CRÓNICA MILITAR

## Espanha

**O concurso de aviação em Valencia.** — Nos princípios de agosto teve lugar em Valencia um concurso de aviação de velocidade, seguido de outro de elevação. No primeiro tomaram parte três hidro-aviões, sendo o percurso feito entre Valencia e Los Alcázares, o qual foi realizado em 3<sup>h</sup>5<sup>m</sup> pelo avião pilotado pelo capitão de engenheiros D. Luis Manzanque; em 3<sup>h</sup>12<sup>m</sup> pelo que era tripulado pelo capitão de infantaria D. Ramon Franco; e em 3<sup>h</sup>20<sup>m</sup> pelo capitão de cavalaria D. Roberto White.

Ganharam o primeiro e segundo prémio respectivamente os dois primeiros oficiais.

— Na prova de altura dever-se-ia chegar a 8000<sup>m</sup> de altitude em 3 horas.

Nesta prova tomaram parte seis aparelhos, alcançando 8000<sup>m</sup> o que era tripulado pelo capitão Stenser, e 8500<sup>m</sup> o que era tripulado pelo capitão Las Morenas, que ganhou o prémio.

Estas provas decorreram no meio do maior entusiasmo, e sem que tivesse sucedido qualquer desastre.

## E. U. da América

**O novo regulamento de manobras de infantaria** <sup>1</sup>. — Prosseguindo o estudo deste regulamento, continuemos a ocupar-nos do *combate*. Tratando do papel dos *chefes*, o regulamento considera o *espírito ofensivo dos oficiais e graduados* como a alma do ataque de infantaria. A ciência de comandar e a aptidão da iniciativa do soldado são qualidades que todos os chefes devem cultivar, as quais juntas à disciplina, ao vigor individual, ao espírito agressivo e à confiança própria, constituem o valor moral da infantaria.

— *Antes do combate*, o chefe deve estar tão perto quanto possível da frente para examinar pessoalmente a situação e tomar as resoluções adequadas.

— *Durante a accção*, deve deixar aos seus subordinados os detalhes do engajamento, mas mantendo o contacto com eles e dirigindo pessoalmente as reservas.

— *Depois de um combate*, bem sucedido, o chefe impulsiona as tropas de maneira a obter o máximo resultado das vantagens adquiridas.

O comandante de um regimento é responsável pela instrução teórica e prática da sua unidade, verificando como os chefes subordinados ministram esta instrução.

Os comandantes de batalhão dirigem *pessoalmente* a instrução táctica das suas companhias.

Os capitães, são de todos os chefes os que desempenham o papel mais importante, pois são eles que educam e instruem os subalternos e graduados e insuflam nos seus homens o patriotismo e todas as virtudes militares necessárias para intensificar o espírito ofensivo.

Na parte que trata das *ligações* e das *ordens*, indica a organização daquele serviço e estabelece as regras para a redacção destas.

<sup>1</sup> Veja o n.º 8-9 desta revista.

Como *personal* de ligação, a infantaria dispõe de:

- 1.º — Unidades especiais de sinaleiros (do destacamento telefónico de divisão);
- 2.º — Pelotões de sinaleiros regimentais;
- 3.º — Agentes de ligação e estafetas para as unidades inferiores ao batalhão.

Em toda a unidade superior à companhia ha um oficial de ligação que realiza o serviço por meio de um órgão chamado *centro de informações* o qual compreende 3 secções:

- a) a secção de correspondência;
- b) secção dos arquivos;
- c) secção dos agentes de ligação.

O chefe da secção de correspondência tem à sua disposição o pessoal e os meios materiais da ligação e transmissão, sendo responsável pelas expedições e recepções.

O chefe da secção dos arquivos, tendo á sua disposição vários amanuenses, faz cópias, cifra documentos ou decifra-os, e regista os documentos enviados ou recebidos; prepara as ordens e instruções a enviar aos agentes de ligação, ou os documentos justificativos do *diário de marcha*.

A secção dos agentes de ligação está directamente subordinada ao oficial das ligações. A secção dos arquivos envia a esta secção todas as ordens e informações destinadas ás unidades representadas pelos agentes de ligação.

Um *sistema de ligações* é organizado da seguinte forma, segundo indica o regulamento:

A *divisão* estabelece para frente uma linha telefónica axial, que vai, pelo menos, até aos P. C. dos regimentos. Esta linha é reforçada por comunicações rádio-telegráficas e ópticas.

As *brigadas* ligam-se áquele eixo por meio dos elementos do *signal corps* que lhes forem distribuídos.

Os *regimentos* ligam ao mesmo eixo, pelos seus recursos, os seus centros de informações.

Os *pelotões de sinaleiros regimentais* ligam os P. C. dos regimentos aos P. C. dos batalhões. A ligação da artilharia com os regimentos ou batalhões é feita por linhas telefónicas a cargo da artilharia.

Estes meios materiais de comunicação são reforçados por homens de comunicação (cavaleiros ou ciclistas colocados nos centros de informações; cadeia de estafetas, que de 200 em 200<sup>m</sup> constituem *mudas*, e que devem verificar se o fio telefónico está cortado; homens de transmissão enviados por cada unidade à unidade superior, e cadeia de sinaleiros, que vão até à linha de combate, fazendo-se os sinais só da frente para a retaguarda).

Enquanto ás *ordens*, o regulamento entra em vários pormenores.

A extensão da ordem depende do tempo de que se dispõe, procurando-se porém a simplicidade, e dizendo só o indispensável.

A *fôrma* de uma ordem deve adaptar-se à situação, sendo contudo apresentado um esquema.

I — *Situação geral* e informações acêrca do inimigo;

II — *Plano geral de ataque*: missão e objectivos da unidade superior, da unidade considerada e das unidades contiguas;

III — *Dispositivos tácticos pormenorizados*:

a) Organização do ataque: repartição das forças de ataque, do reforço e da reserva; unidades postas à disposição do comando; posição e frente atribuídas a cada unidade no local em que é tomada a formação de ataque; formações, intervalos e distâncias; unidade que serve de base.

b) Objectivos e missão de cada unidade; direcções de marcha (pontos de direcção ou azimuthes).

c) Metodo de progressão: apoio pela artilharia, pelos carros, pelas metralhadoras, e pelas peças e morteiros ligeiros; horário da barragem móvel; patrulhas de combate.

d) Ligações: Dentro da unidade, com as unidades contiguas e com a

autoridade superior; emprêgo dos meios de transmissão e de estafetas; ligação com a aviação; emprêgo dos foguetes de sinais.

IV — *Reabastecimentos e prescrições diversas* :

a) Material: depósitos de munições, de artificios, de água e material diverso; papel dos T. C. e T. R. e carregadores; equipamento para o ataque.

b) Serviço de saúde: postos de socorro; evacuações.

c) Prisioneiros: medidas a tomar, e pontos de reunião.

V — *Postos de comando e centros de informações*. — As ordens de engajamento e de combate são verbais ou escritas. No primeiro caso é preciso reunir os subordinados directos num ponto conveniente para lhes explicar a situação e o plano de acção.

As ordens transmitidas pelo telefónio são enviadas em forma de mensagem.

Ainda que concebida em termos gerais, uma ordem deve traduzir uma decisão firme.

Todo o subordinado deve saber o que tem que fazer, e não como deve fazer, visto que a sua iniciativa não lhe deve ser coartada, a não ser que se saiba que êle é incapaz de tê-la.

\*  
\*   \*  
\*

A parte relativa ao *combate* dá o regulamento grande importância, contendo várias indicações.

Assim, considerando a *ofensiva* como a forma de combate capaz de produzir resultados decisivos, julga que a ofensiva deve ser a base da instrução. «*Quem sabe atacar, saberá defender-se*», diz o mesmo regulamento ao contrário do que estabelece o recente regulamento alemão, na parte que diz respeito ao combate, pois êste regulamento preconiza a defensiva como base da instrução.

Como todos os regulamentos similares, o regulamento americano considera os dois meios principais de acção da infantaria :

O *fogo* e o *movimento*.

O *fogo* facilita o movimento, quando êste não é protegido por um abrigo do terreno, pela obscuridade ou por um nevoeiro.

O *movimento* permite ganhar uma posição favorável, donde se possa executar o fogo eficaz, dominando o fogo do inimigo.

O avanço é executado por lanços, de ponto de apoio, em ponto de apoio.

Não se deve partir de um ponto para outro sem se ter previamente reconhecido os caminhos a seguir para ir ocupar a nova posição.

A *surpresa* é considerada como um dos elementos importantes para o triunfo de uma operação.

O *apoio mútuo* entre tropas empenhadas em combate é um principio de maior importância, applicando-se em especial aos *apoios* e *reservas*.

É proibido aos officiais e praças pertencentes ás unidades de ataque abandonarem o seu posto para cuidar dos feridos. Esta infracção deve ser punida com o maior rigor.

Como meio de melhor estudar o combate, o regulamento occupa-se successivamente :

- 1.º — Do contacto com o inimigo ;
- 2.º — Do desenvolvimento das forças ;
- 3.º — Da progressão ;
- 4.º — Do ataque pelo fogo ;
- 5.º — Do assalto ;
- 6.º — Da guerra de posição ;
- 7.º — Da organização do terreno ;
- 8.º — Do remuniciamento ;
- 9.º — Das evacuações.

a) *O contacto com o inimigo*.

O contacto e reconhecimento do inimigo é indispensável, pois de con-

trário não se conheceria as forças e disposições do inimigo e ter-se-ia de desenvolver as forças sob a acção do fogo inimigo.

A dificuldade do reconhecimento cresce com o efectivo de que dispõe o inimigo e com os dispositivos por êle tomados para se dissimular. Por isso a força a enviar em reconhecimento não é invariável.

A força enviada em reconhecimento tem de se cobrir por pequenas patrulhas, apoia-las, reconhece-las, receber e enviar as suas informações, procurando determinar: os pontos occupados pelo inimigo, o limite das suas alas, a natureza do terreno e das obras organizadas.

O tempo de que se dispõe para este reconhecimento depende da situação táctica.

Num combate de encontro terá de ser rápido e sumario; na guerra de posição deve ser mais demorado e minucioso.

O reconhecimento deve ainda continuar mesmo durante o combate, pois seria uma falta imperdoavel ser surpreendido a curta distância.

Portanto toda a coluna actuando com independência deve explorar na frente e flancos, mantendo a ligação com as colunas próximas por meio de destacamentos de contacto.

Em geral, não se terá de empregar menos dum batalhão para fazer a ruptura do dispositivo de segurança do inimigo.

#### b) O desenvolvimento das forças.

Para uma unidade de infantaria o desenvolvimento consiste num dispositivo das forças em largura e em profundidade. Em geral, o chefe superior fixa a frente de engajamento das sub-unidades imediatas, e os chefes destas deduzem a profundidade a dar ao seu dispositivo, em virtude da missão. E' prudente não desenvolver logo no princípio da acção todas as forças, devendo-se ao princípio constituir uma *reserva*, que pode variar de  $\frac{1}{6}$  a  $\frac{1}{3}$ . Quanto maior fôr a unidade empenhada, tanto maior deve ser a profundidade do dispositivo.

A *companhia* só pode ter um escalão de combate e *apoios*; o *batalhão* e as unidades superiores deverão constituir uma *reserva*.

Os *apoios* teem por fim *reforçar* o escalão de combate por prolongamento, ou por escalões de protecção dos flancos.

A *reserva* pode *manobrar* por envolvimento, ou render os escalões fatigados.

Sempre que seja possível, o desenvolvimento é precedido por uma concentração das forças sobre a testa, tendo para isso de se produzir a saída das forças da estrada de marcha. As unidades formam para isso *linha de colunas*, cujos intervalos e distâncias devem ser calculados de maneira que, quando uma granada rebente sobre uma coluna, não atinja nenhuma outra. A marcha pelos campos faz-se por lanços, evitando-se os terrenos batidos pelo fogo do inimigo, procurando-se itinerarios desenfiaados.

Em todos os escalões os chefes precedem a sua tropa para reconhecer o terreno, conhecer a situação e tomar as resoluções convenientes.

As direcções da marcha serão dadas, em geral, por meio da bussola para evitar o encontro de colunas, resultante da dificuldade de fixar o ponto de direcção.

c) *A progressão*.— Os escalões de primeira linha avançam tanto quanto possível sem fazer fogo, e procurando subtrair-se ao fogo da artilharia inimiga por meio de um conveniente desenfiamiento, e avançando rapidamente no terreno batido.

Quando a infantaria tenha de passar numa zona em que esteja actuando a artilharia amiga, o comandante daquela arma deve entender-se com o comandante desta última para a passagem se realizar nos intervalos e sem perigo.

d) *O ataque pelo fogo*.— Quando o fogo inimigo impede as tropas de ataque de avançarem, então ter-se-á de recorrer ao fogo também para proteger o avanço, empregando para isso o fogo das metralhadoras, de espingarda, dos engenhos e da artilharia.

O avanço realiza-se então de *posição de tiro*, em posição de tiro, efe-

ctuando-se a progressão por escalões, sendo protegidos os que avançam pelo fogo dos que ainda permanecem na posição.

Devem-se aproveitar as pequenas interrupções de fogo do inimigo para fazer avançar grupos de força variavel, que se apoderem dos pontos de apoio que permitam às F. M. executar fogos de flanco, que facilitarão a progressão.

Como se deve contar que o inimigo deverá ter a sua defesa escalonada em profundidade e constituida por uma serie de pontos de apoio e centros de resistência, procurando limitar a penetração e realizar contra-ataques, muitas das unidades de ataque serão detidas no seu movimento, enquanto que outras procurarão insinuar-se nos intervalos, e ir envolver os centros de resistência. A batalha será assim fraccionada numa série de engajamentos parciais, executados por grupos de importância variavel, dispostos em profundidade para actuar nas direcções convenientes. As unidades ou fracções do escalão de assalto não devem ser reforçadas, mas devem pelo seu fogo neutralizar ou mascarar as resistências, enquanto que as outras unidades ou grupos procurarão, pelo envolvimento, fazer cair essas resistências. O envolvimento é executado pelos apoios e reservas. Os comandantes destas unidades devem estar ao corrente da situação para poderem intervir no momento oportuno. Como principio, os apoios e reservas devem ser empenhados nos pontos em que o inimigo se encontra mais fraco.

e) *O assalto.* Este acto é executado em frentes estreitas, por pequenas unidades, que procuram investir o inimigo a curta distância.

Quando o assalto é preparado pelo fogo da artilharia, pelas metralhadoras e pelos engenhos, torna-se indispensavel fixar uma hora ou um sinal para a partida da infantaria.

Pelo resultado do assalto, se concluirá se se poderá realizar a *perseguição*, ou se se terá de proceder à organização do terreno para fazer frente aos contra-ataques. A perseguição pode ser realizada pelo fogo, ou por unidades da 2.<sup>a</sup> linha, pois as que realizaram o ataque precisam de ser reorganizadas, passando a formar a reserva

Se o assalto é mal sucedido, dever-se-á organizar o terreno, recommençar a preparação pelo fogo, e reforçar com tropas frescas, antes de renovar o assalto.

Se se consegue fazer a rutura da frente inimiga, o assaltante constitue diversas colunas, cobrindo-se por destacamentos de segurança e mantendo o contacto por meio de cavalaria.

f) *A guerra de posição.* Neste caso especial, diz o regulamento, o ataque é caracterizado por uma poderosa preparação de artilharia e o assalto é executado simultaneamente por importantes massas de infantaria, a uma hora fixa, e precedido por um desenvolvimento largo e profundo. As vagas de assalto são precedidas por uma barragem móvel. O plano de ataque, estabelecido pelo comando superior, desce às menores minuciosidades, fixadas no espaço e no tempo, estabelecendo-se um horário prévio, e sendo bastante limitada a iniciativa dos subordinados.

É preciso conhecer e fixar as organizações inimigas, para o que deve ter lugar um prévio e minucioso reconhecimento e haver método na execução.

Se o chefe superior, ao determinar as direcções gerais do ataque deve ter em vista considerações estratégicas, os chefes das unidades subordinadas, devem regular a sua acção, por considerações puramente taticas, e por isso devem actuar de preferência sôbre os pontos fracos do inimigo, ou aproveitar o nevoeiro ou o fumo para se infiltrarem e envolverem as posições do inimigo.

A preparação pela artilharia e engenhos deve adquirir a máxima intensidade, mas ser de curta duração para se obter a surpresa.

Procurar-se-á neutralizar os órgãos importantes da defesa (observatórios, P. C., abrigos, comunicações, metralhadoras, artilharia, etc.), e desorganizar todos os elementos de maior importância. A infantaria pode ser apoiada por carros de assalto.

Os escalões de ataque formam vagas sucessivas. A densidade da pri-

meira vaga de cada batalhão é de um homem por 5<sup>m</sup> de frente, podendo ser reforçada no caso de nevoeiro ou de noute.

As tropas de assalto formam grupos ou pequenas colunas, que procuram adaptar as suas formações ao terreno.

g) *Organização do terreno.* Quando o movimento não pode continuar, em virtude das resistências do inimigo, os batalhões tratam de se organizar defensivamente (trata-se das reservas pois os elementos de primeira linha fixam-se nos locais onde se encontrarem).

Ao cair da noute dever-se-á completar a defesa da seguinte forma:

1.º—A primeira linha é organizada a 200 ou 300<sup>m</sup>, pelo menos, do inimigo com pequenos destacamentos de segurança na frente;

2.º—Segue-se a linha de resistência;

3.º—A cada companhia determina-se um sector de fogo e zonas de defesa constituindo pontos de apoio e flanqueando-se mutuamente;

4.º—As metralhadoras são dispostas de maneira que flanqueem a frente e cubram os flancos;

5.º—Algumas unidades são encarregadas da realização de contra-ataques.

Os comandantes de regimento dispõem as suas unidades em profundidade, conforme a situação.

Segundo as ordens recebidas ou por sua própria iniciativa, êles limitam a zona de resistência dos pontos-avançados, escolhem a posição principal de defesa, fixam a linha de resistência e repartem pelos batalhões as posições dos postos-avançados, de resistência e da reserva.

A artilharia prepara o tiro nas posições escolhidas; as metralhadoras são dispostas de maneira a baterem o intervalo entre os postos-avançados e a zona de resistência.

Um regimento, ocupando uma única posição, coloca em geral 2 batalhões em linha e conserva o outro em reserva.

h) *Remuniciamento.* As munições para o remuniciamento do batalhão são levadas no seu T. C., mas devem ser distribuídas, como um suplemento, antes de ser iniciada a acção.

O ponto em que são esvaziados os carros de munições constitue o *centro inicial de munições do batalhão*, cujo serviço é aí dirigido pelo oficial de munições do batalhão. Depois de feita a distribuição, os carros vãos veem ao *centro de distribuição de munições do regimento*, que depois envia para a frente os carros carregados. Estes acompanham o movimento das tropas, aproximando-se o mais possível da frente, mas o reabastecimento das tropas faz-se agora por meio de cargas a dôrso e por pequenos carros, que vão até à altura dos reforços, fornecendo então êstes homens (municia-dores) que levam as munições à linha de combate. Portanto eis o esquema do funcionamento do remuniciamento:

1.º—Do centro de distribuição de munições do regimento para o centro de munições do batalhão—as munições são levadas pelos carros de munições do T. C., do batalhão;

2.º—Do centro de munições do batalhão para as unidades de reserva do batalhão—são transportadas por pequenos carros, ou por muares, ou então por homens fornecidos pelas reservas de regimento;

3.º—Das reservas de batalhão até aos reforços de companhia—por municia-dores fornecidos pela reserva do batalhão;

4.º—Dos reforços de companhia até aos atiradores—por municia-dores fornecidos pelos reforços de companhia, ou pelos mesmos elementos anteriores, se os reforços de companhia já não existirem.

De noute, os carros de munições avançam o mais possível para a frente, para então as munições serem levadas aos atiradores pelos municia-dores.

i) *Evacuações.* Durante a progressão o pessoal sanitário dos batalhões de ataque realiza o levantamento dos feridos, pensa-os e cuida dêles em *pontos de reunião* abrigados. O pessoal médico do regimento vai reforçar ou render nos pontos de reunião o pessoal dos batalhões, que vai então reunir-se às suas unidades.

Os feridos, de que o serviço regimental toma conta, são então evacuados pelos autos sanitários da divisão.

*Particularidades relativas ao combate das diferentes unidades.*—O regulamento de infantaria trata em seguida de diversas particularidades do combate das diferentes unidades, desde o pelotão até à brigada.

Apenas daremos uns resumos.

a) O *pelotão*. No combate o *pelotão* forma em geral 2 escalões, cada um com a força duma secção, e que marcham, ou em atiradores, ou em coluna de esquadra, a um ou a 2 de costado. Ao chefe do pelotão pertence determinar a abertura do fogo.

Os lanços, sob a acção do fogo, variam de 30 a 80 metros. O comandante do pelotão indica a alternância do movimento das secções.

Em terreno livre os *esclarecedores*, reforçados por algumas F. M., cobrem a frente e os flancos, a uma distância de 150 a 500 metros.

b) A *companhia*. A companhia constitui também 2 escalões: um escalão de fogo (um ou mais pelotões) e um escalão de reforço (o resto da companhia). Raras vezes um comandante de companhia poderá dar uma ordem de engajamento completa, tendo de dar a cada um dos pelotões ordens particulares, à medida que o combate se vai desenvolvendo.

O comandante de companhia deverá manter as ligações: com os pelotões, por meio dos estafetas destas unidades destacados para junto do capitão (um homem por pelotão); com o batalhão e com as companhias próximas por meio dos estafetas da companhia e dos corneteiros.

Quando o comandante de companhia julga necessário o reforçamento, envia um pelotão ou uma secção, devendo o avanço deste reforço ser protegido por um fogo violento.

A companhia que serve de reserva avança por lanços, tendo previamente o seu comandante feito um reconhecimento.

c) O *batalhão*. O batalhão no ataque é geralmente reforçado por uma companhia de metralhadoras e por uma ou mais secções de engenhos, tendo cada uma destas uma peça de 37 m/m e um morteiro ligeiro.

O batalhão forma geralmente 2 escalões: O *escalão de ataque* (constituído por uma ou mais companhias, sustentadas cada uma destas por um pelotão de metralhadoras); a *reserva* (companhias e unidades de metralhadoras restantes e engenhos de acompanhamento). Todas as metralhadoras (incluindo as das companhias de ataque) estão sob as ordens directas do comandante do batalhão, que transmite as suas resoluções por intermédio do capitão comandante de companhia; mas os pelotões de metralhadoras, apoios das companhias de ataque, destacam para junto destas um sargento e 2 soldados como agentes de ligação. O comandante de batalhão deve provêr à segurança dos flancos, empregando para isso patrulhas ou destacamentos, em cuja composição devem entrar elementos pertencentes às duas unidades a flanquear; deve também cuidar do remuniamento.

d) O *regimento*. O regimento pode pôr 2 batalhões em 1.<sup>a</sup> linha e deixar um em reserva.

Quando um batalhão constitui a reserva da brigada ou da divisão, os outros dois batalhões dipõem-se à retaguarda um do outro.

O batalhão de reserva deve ser empregado todo inteiro para determinar no momento oportuno, a decisão. O coronel fixa também a missão do pelotão de pioneiros e deve preocupar-se que a artilharia apoie as unidades empenhadas no ataque.

e) A *brigada*. Esta dispõe os 2 regimentos contiguamente, ou em profundidade, conforme a missão e a frente, que lhe foi distribuída.

É ao general que pertence fazer a repartição do batalhão de metralhadoras da brigada, dando, em geral, uma companhia a cada regimento, ficando as restantes como reserva da brigada; e fixa também as missões da artilharia.

Como conclusão, diremos que as unidades de infantaria americanas tem efectivos superiores às unidades similares francesas.

Assim o pelotão pode fazer entrar em linha 50 espingardas; a com-

panhia dispõe de 200; o batalhão, de 800; o regimento, de 2.400 sem contar as metralhadoras e os engenhos, que são servidos por um pessoal especial.

**O material de artilharia de montanha.**—A comissão encarregada de estudar a transformação da artilharia e a escolha de novos tipos propôs para artilharia ligeira de montanha uma peça de 75 ou 76 m/m, utilizando as munições da artilharia das divisões e permitindo um tiro sob um ângulo de 45° e com um alcance de 4.500m; decomponível em quatro cargas, cada uma pesando 102 kg., não contando com o peso do arreio do solipede, transportando a dorso esta carga, mas podendo ser transportada sobre reparo rodado pela sua guarnição em terreno favorável; empregando uma alça panorâmica; e atirando um projectil com um cartucho, que não produzisse clarão, nem fumo.

Provisoriamente, enquanto se não construísse o novo material, a comissão resolveu que se mantivesse a peça de 75 m/m Vickers.

Construídos os primeiros modelos, algumas alterações foram introduzidas no primitivo projecto. Assim o peso total passou a ser de 407 kg.; o reparo passa a ter uma única flecha, permitindo um deslocamento lateral de 6° e, em altura, de -5° a +45°; a alça é colocada no lado direito do reparo e a luneta panorâmica do lado esquerdo.

A peça de montanha Vickers Maxim, de 65 m/m, deverá ser substituída por um obus. de montanha, tendo uma velocidade inicial de 274m e um alcance proximamente de 6.000 metros; a peça e o reparo podem ser desmontados rapidamente. O peso de cada uma das cargas é o seguinte: peso da peça com a culatra 93kg,770; peso do freio, 106kg,900; peso da flecha, 96kg; peso das rodas e eixo, 65kg,700. São empregados 2 projecteis: um explosivo, pesando 6kg,790; e um shrapnel de 7kg,700.

## França

**Concursos hipicos** — Nos dias 1, 2 e 3 de setembro tiveram lugar no hipodromo do *Grand Parquet*, em Fontainebleau, os concursos hipicos para sargentos e oficiais das guarnições de Fontainebleau, Melun e Provins. No dia 1 concorreram os sargentos a cinco prémios e depois os oficiais, para os quais havia também cinco prémios. As provas deste dia eram de obstáculos.

No dia 2 tomaram parte só oficiais, havendo cinco prémios, e as provas compreendiam transposição de obstáculos e *handicap*.

No dia 3 teve lugar, primeiro uma prova de equitação para rapazes e meninas com menos de 20 anos, seguindo-se um *handicap* para civis, montando cavalos não pertencentes ao exército.

Os *concursos hipicos de Chantilly* tiveram lugar nos dias 23, 24, 25 e 26 de setembro. Nêstes concursos podiam tomar parte os oficiais do governo militar de Paris e das 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> regiões; os sargentos do governo militar de Paris e os da 2.<sup>a</sup> região.

— De 23 a 30 de setembro tiveram lugar os torneios de Indoor-Polo nos quais tomaram parte elementos da escola de aplicação de cavalaria e dos regimentos de dragões n.<sup>os</sup> 6, 22 e 12.

**Alterações ao regulamento do Prytaneu militar.**—Pelo decreto de 19 de agosto p. p. foram introduzidas algumas alterações na organização do Prytaneu militar (colegio militar). Assim, a partir do ano escolar de 1922-1923 a pensão anual passa a ser de 1.200 francos em vez de 850, não incluindo o enxoval, cuja composição e preço deve ser fixado anualmente pelo ministério da guerra; a meia pensão será de 600 francos.

O preço do externato foi fixado: 1.<sup>o</sup> ciclo: 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> classes, 250 francos por ano; 2.<sup>o</sup> ciclo: 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classes de matemática, filosofia e curso de Saint-Cyr, 300 francos por ano.

Também sofreu alteração a composição do corpo docente.

# CRÓNICA MARÍTIMA

## E. U. da América

**Construção de cruzadores.**—A opinião naval americana considera da maior urgência a efectivação do novo programa de construção de cruzadores ligeiros e ainda de submarinos, dada a insuficiência actual de cruzadores, que só parcialmente se atenuará depois de completados os da classe *Omaha*, actualmente em construção. A falta de cruzadores tem prejudicado a preparação da armada durante anos, e obrigado a utilizar para o serviço de exploração os destroyers, com prejuizo das funções que lhes são próprias e em detrimento das suas máquinas menos robustas.

A opinião é favorável ao deslocamento de 10.000 toneladas, o máximo permitido pelo acôrdo de Washington, uma velocidade não inferior a 33,5 nós e uma bateria de VIII peças de 20<sup>cm</sup>,150, montadas em tórres. Não será operação fácil realizar num projecto todas estas características, juntas a uma razoável protecção, em um navio de tão reduzido deslocamento, especialmente quando se exige necessariamente um grande raio de acção.

Os cruzadores japoneses de 10.000 toneladas serão também armados com VI ou VIII peças de 20 cm. e darão 34 nós. Considerações de natureza financeira obrigaram, contudo, a reduzir de 8 a 4 o número destes navios a construir, restringindo-se os 4 restantes ao deslocamento de 7.000 toneladas.

## França

**A França e o desarmamento naval.**— O almirante Favereau, como muitos outros oficiais, entende que a França serviria melhor os seus interesses recusando-se a ratificar os tratados navais, negociados em Washington. Julga que estes foram elaborados principalmente tendo em vista os interesses da Inglaterra, da América e do Japão, e pensa que o único sistema capaz de efectuar restrições navais seria tomar para base das futuras tonelagens a força relativa que existia em 1914. A fazer-se assim, a parte que caberia à França em tonelagem de navios capitais seria muito maior do que a que lhe foi concedida.

O almirante Favereau critica também severamente o acôrdo sobre submarinos, que considera contraditório, visto que o seu primeiro parágrafo é inutilizado pelos seguintes. Parece, diz elle, que a conferência de Washington, por detraz da sua aparente humanidade, marcou o triunfo dos interesses egoistas, e por isso a nação francesa decidiu não ratificar tais interesses.

Um tal procedimento por parte da França poderia acarretar a inutilização completa do tratado, voltando a discutir-se toda a questão da força relativa futura, questão que se imaginava ter sido arrumada, ao menos por dez anos. Mas trata-se sempre, em França, mais de uma questão de amor próprio, do que de interesses. Efectivamente, a escola anti-couraçado domina hoje a politica naval francesa, e nunca, desde a guerra, se pensou em construir navios de linha. Com poucas excepções, os criticos navais entendem que as forças ligeiras de superficie, os submarinos e os aéreos serão o único material capaz de emprêgo útil futuro, nas campanhas do Mediterrâneo; e como a França, com a sua superior riqueza e recursos, pode ser muito superior à Itália, em armas desta natureza, a igualdade estabelecida para estas potências, em tonelagem de unidades capitais, na conferência de Washington, será sempre illusória. Parece efectivamente que o parlamento francês ratificará os acôrdos de Washington.

**Fraco rendimento do pessoal.**—Em todos os organismos militares ou navais ha uma parte de despêsa improductiva. Esta parte é, ao que se afirma, maior no serviço naval francês, do que em qualquer outro. Comparada com a francesa, a marinha britânica possui a dupla vantagem de ter tido uma longa experiência dos métodos de guerra offensiva, e de só conservar em armamento o que é realmente bom em navios; o dinheiro do contribuinte inglês é, assim, muito melhor empregado do que o do francês. As marinhas americana e japonesa, embora em menor grau, têm também um semelhante ponto de superioridade sobre a francesa.

De uma totalidade de pessoal combatente de 55.000 homens, sómente cerca de 20.000 se instroem para a acção no mar, em navios possuindo valor militar; os serviços de terra, ou as escolas dos portos absorvem outros 20.000, fora do contacto com o mar, e formando uma idea errada da moderna guerra naval.

A imensa escola naval que é Toulon, continúa a empregar os métodos de antes da guerra, tal como se as batalhas de esquadras ainda fossem a razão de ser e o objecto da marinha francesa, embora deixassem de existir as modernas grandes esquadras de batalha, e a opinião pública não consinta que outras se construam.

Por êste modo, uma boa parte do pessoal está sendo consumida em uma preparação para uma guerra irreal, em navios que se veriam obrigados a procurar refúgio no porto ao começarem as hostilidades, e isto porque almirantes velhos no comando têm os olhos voltados para o passado e são incapazes, a despeito de todas as suas boas intenções, de aprenderem os novos métodos e expedientes da guerra no mar.

Tudo isto sem contar com as enormes somas que se gastam com 30.000 operários e parasitas, que só nominalmente trabalham, e com defesas costeiras, cuja existência constitui já um verdadeiro desafio às lições da história e aos princípios da guerra.

**Substituição do «France.»**—Apesar de todos os radicalismos da *jeune école*, que de novo parece prevalecer em França, o enfraquecimento sensível, quanto a navios de linha, resultante da perda do *France*, obriga a pensar em substituí-lo por outro navio, o mais cedo possível.

Considerações de ordem económica e de tempo contrariam a construção, que tinha sido preparada, de um navio de 33.000 toneladas, armado com VI peças de 45 cm., com defesa anti-aérea e anti-submarina apropriada; tudo parece inclinar-se para que se termine a construção do *Normandie*, de 25.300 toneladas e tórres quádruplas de 34 cm., o que deve exigir cerca de 20 meses, sendo de 60 % o estado actual de adeantamento da sua construção.

Os argumentos a favor desta solução são que os navios dêste tipo, com a sua cintura de 30 cm. e a couraça que lhes cobre os flancos e as extremidades, com as suas três cobertas couraçadas (que serão completadas ainda com anteparas couraçadas especiais contra os projecteis dos aéreos), as suas disposições elásticas de protecção anti-submarina, estão em condições de competirem favoravelmente, no ponto de vista defensivo, com os navios mais modernos alemães, que tão admiráveis foram em Inglaterra e nos Estados-Unidos.

Em segundo lugar, as tórres quádruplas, de 10 metros, com a sua frente de 38 cm. de espessura, fornecem uma magnífica protecção, tanto contra os projecteis, como contra os gases, e podem manter teoricamente uma rapidez de fogo de 8 tiros por tórre e por minuto.

**Exercícios tácticos nocturnos.**—Nas costas do Norte têm-se realizado uma série de exercícios, sob a direcção do almirante Lequerré, chefe da esquadra da Mancha, embarcado no *Voltaire*, e tendo sob as suas ordens as flotilhas de torpedeiros, submarinos e aéreos, de Cherburgo e de Brest, ao mesmo tempo que meia dúzia de canhoneiras de 800 toneladas, do tipo *Verdun*. O almirante Lequerré está exercitando de forma intensa e real os poucos milhares de homens do seu comando: ataque e defesa de costa, ataque a comboios e a esquadras, especialmente durante a noute.

A importância do treino nocturno na armada francesa compreende-se melhor ao recordar que o moderno significado do contróllo do mar é *comunicações seguras*. A experiência tem provado, contudo, que a eficiência na luta nocturna não pode ser improvisada, exigindo, ao contrário, prática constante, disposições e sistemas de sinais especiais, assim como um perfeito conhecimento das costas e suas correntes marítimas. Demais, nas acções nocturnas, os aviões de bombardeamento e de exploração não são os melhores instrumentos de surpresa, assim como de eficaz defesa. Devemos recordar que a noute desempenhou um papel capital no transporte marítimo durante a Grande Guerra, e que terá ainda maior influência em futuros conflitos europeus, que serão decididos, não pelas fôrças armadas brilhando ao sol, mas por novos instrumentos de ofensiva, vibrando os seus golpes a ocultas, durante a noute.

**Aviões, ou hidro-aviões de bombardeamento.** — Experiências comparativas, feitas na escola de S. Rafael, conduziram a uma série de conclusões úteis. Os hidro-aviões de coque estão sobrecarregados com muitos pesos que não teem utilidade militar, visto que a coque, para oferecer boas condições náuticas, precisa de ser espessa, bem subdividida, portanto muito pesada. Conquanto sejam máquinas muito seguras para passageiros, são muito pesadas, muito volumosas e vulneráveis, transportam poucas bombas para um serviço de bombardeamento. Para serem realmente eficazes em uma ofensiva aérea, os aviões de coque têm de tomar enormes proporções, atingir o pêso de 20 toneladas, com 3.000 cavalos, para poderem transportar 5 toneladas de munições.

O serviço de bombardeamento em mares estreitos será melhor efectivado, em primeiro lugar, pelos aparelhos ordinários de bombardeamento, dos tipos Farman ou Breguet, com 4 a 5 toneladas de munições a bordo e um raio de acção pelo menos de 1.000 quilómetros; em segundo lugar, por hidro-aviões ligeiros, de flutuadores, podendo transportar pelo menos 500 quilos de bombas, e construídos para serem transportados nos navios.

## Inglaterra

**O poder marítimo ainda preponderante.** — Em um recente discurso Earl Beatty demonstrou quanto era errada a idéa dos que supõem que os progressos da guerra aérea farão diminuir a necessidade que tem o Império de uma defesa naval. O Império Britânico consiste em alguma cousa mais do que as Ilhas Britânicas. «A fôrça dêste Império, largamente disperso, está na sua unidade, tanto física como moral, e a sua unidade física é, e será sempre, mantida pelo mar». Dificilmente se pode duvidar da solidez desta proposição. Mas, quando o Primeiro Lord prosseguiu negando que os progressos aéreos tivessem roubado, ou viessem a roubar, à Inglaterra, alguma das vantagens da sua posição insular, entrou num terreno menos firme.

No que diz respeito à defesa metropolitana, perdeu a Inglaterra seguramente uma grande vantagem, de que dantes gozava, como país insular: a segurança contra a invasão armada, enquanto possuísse o contróllo do mar. Hoje, com o poder de que já dispõem os aéreos, as grandes cidades e centros industriais do interior estão abertos a uma forma devastadora de ataque, contra o qual o mar não fornece nenhuma protecção. A este respeito, o desenvolvimento da guerra aérea modificou incontestavelmente a situação estratégica.

Quando, porém, se passa da defesa da metrópole para a do Império, como um todo, o poder marítimo continúa a ser o factor primacial. Por enquanto, os aéreos são armas de pouco alcance e, por maior que fôsse a fôrça aérea, ela não poderia por si só, concorrer em muito para a salvaguarda das comunicações imperiais. Esta continuará a ser a tarefa da marinha por um período ainda tão largo, quanto a previsão humana pode alcançar.

A mensagem do *Dia de Trafalgar*, expedida pela Liga Naval Britânica insiste igualmente neste mesmo ponto:

«Há quem queira fazer-nos crer que desapareceram as velhas fundações da nossa segurança, e que a defesa destas Ilhas já não assenta sôbre o mar,

mas que; com a marcha das invenções, outros meios mais baratos de defesa podem substituir-se-lhe.

«O argumento é especioso e cala fortemente no ânimo daqueles que consideram quasi insuportável o pêso dos impostos. Mas não tem fundamento nem o terá enquanto estivermos dependentes do livre uso do mar para recebermos 5/6 dos víveres de que precisamos e as matérias primas das nossas manufacturas, assim como para as relações ininterruptas com os nossos concidadãos de além-mar.

«O contrôlo do ar tornou-se uma parte necessária do contrôlo do mar, e a nós cabe ver a forma como os dois podem ser combinados da maneira mais eficiente!»

**Dirigíveis para a marinha.**—O Almirantado está muito favoravelmente diposto acêrca dos dirigíveis, e só por insuficiência de meios financeiros se não tem intensificado a sua construção, calculando-se, porém, que seja reduzida uma unidade no número dos cruzadores a construir, para se poder realizar a construção de dirigíveis. A opinião profissional está, contudo, dividida quanto à conveniência de construir dirigíveis, dada a sua extrema vulnerabilidade, tanto aos elementos, como ao ataque dos adversários. No campo de acção puramente naval, os dirigíveis alemães pouco conseguiram durante quatro anos de guerra, sofrendo em compensação grossas perdas devido ao mau tempo, ao ataque do adversário e ainda a acidentes de manobra.

A favor da sua construção, apresenta-se o argumento do seu custo reduzido comparado com o dos navios: um grande dirigível custaria £ 250.000 contra £ 900.000, custo de um cruzador ligeiro.

Quanto à sua vulnerabilidade, o seu principal inconveniente como máquinas de guerra, diz-se que algumas experiências realizadas mostraram que um lençol de 15 a 25 cm. de espessura, de um gás inerte, é suficiente para garantir um dirigível contra a destruição por meio de balas incendiárias. A ser assim, estaria vencido um dos seus principais inconvenientes.

Estando averiguado que os dirigíveis, ao contrário dos aviões, nenhuma outra função terão a desempenhar na guerra, que não seja de cooperação com as forças navais, o seu lugar está naturalmente indicado no Ministério da Marinha e não no Ministério do Ar.

## Turquia

**A Turquia como potência naval.**—Raouf Bey, ministro dos estrangeiros do gabinete de Angora teria declarado que a reabilitação do poder naval da Turquia é «uma daquelas importantes questões que mais se discutirá na conferência da paz».

Ora, tanto os termos do armistício de Mudros, como os do tratado de Sèvres, terão provavelmente de sofrer alteração fundamental, como resultado da vitória kemalista, e é natural que a Turquia aspire a tornar-se mais uma vez uma potência naval de certa importância. O tratado de Sèvres autorizava-a a manter apenas poucos navios ligeiros armados, para serviço de policia e alfandegas, sendo-lhes proibido construir ou adquirir quaisquer navios de guerra, a não ser os necessários para ir substituindo aqueles. Os restantes navios turcos foram destruídos, ou distribuídos pelos aliados.

Desde algum tempo tem constado ter a Rússia fornecido algum material naval à Turquia, e é natural que a convenção secreta entre Moscou e Angora estabeleça alguma cousa quanto à cooperação tanto militar como naval, em determinadas circunstâncias. Parece pelo menos certo que alguns vapores de carga têm sido adaptados em Nicolaieff a lança-minas, com poços que permitem lança-las sem que isso se torne aparente do exterior. Devido à natureza das correntes nos Dardanelos, as minas à deriva são uma ameaça séria, como o foram já durante a Grande Guerra, e o emprêgo de lança-minas camuflados é, por isso mesmo, o estratagema que está naturalmente indicado para fechar os Estreitos aos navios dos Aliados.

B. S.

